



ELLO



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

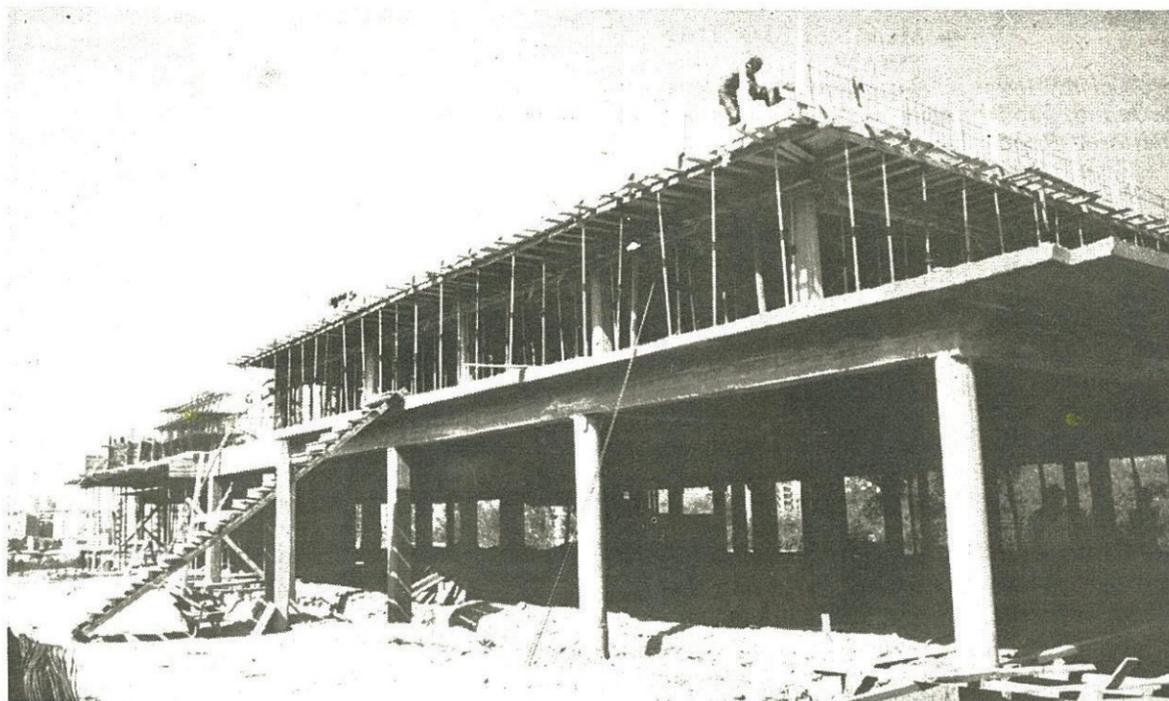
Ano XVI - N.º 190

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Julho — 1990 — 60\$00

Audiência entre Secretário de Estado da Defesa Nacional e a Direcção Central:

- preconiza colaboração entre MDN, MNE e ADFA para políticas comuns na área da cooperação com Angola, Moçambique e Guiné-Bissau
- realça encontrar-se em última fase de recolha de pareceres o projecto de DL sobre «grandes deficientes»
- confirma interesse do dr. Eugénio Ramos de, a proposta da ADFA, estar presente em próxima reunião do C. N. R.



NOVA SEDE

- Mantendo-se em bom ritmo os trabalhos da 1.ª fase, planeia-se lançar para breve o concurso para a 2.ª fase
- Em dinâmica da Comissão Nacional de Angariação de Fundos, prevista para Outubro a apresentação pública das medalhas comemorativas da construção da nova Sede



ADFA em grande actividade associativa



- Delegações dinamizam encontros
- Sócios reúnem e escrevem
- Órgãos Sociais Centrais propõem e desafiam

Grande emotividade e envolvência quer no reencontro com o Casal Pereira quer no convívio de participantes de grupos de terapia do *stress* da guerra



Este mês dois destaques para diplomas publicados no Diário da República, os quais dão letra de forma a notícias a que ELO já se referiu em números anteriores.

Em primeiro lugar, Portaria n.º 514/90, de 6 de Julho, do Ministério das Finanças que atribui um 14.º mês aos pensionistas da CGA e do MSE e da qual, embora já este recebido aquando da chegada do nosso jornal, se transcreve, para melhor informação e esclarecimento, a parte que mais interessa:

«1.º São aditados à Portaria n.º 904-B/89, de 16 de Outubro, os n.ºs 9.º-A, 9.º-B e 9.º-C, com a seguinte redacção:

9.º-A. Os aposentados, os reformados e os demais pensionistas da Caixa Geral de Aposentações e do Montepio dos Servidores do Estado, bem como os funcionários que se encontrem na situação de reserva e de desligados do serviço, aguardando aposentação ou reforma, com excepção do pessoal que no primeiro ano de passagem a qualquer das situações nele previstas receba subsídio de férias, têm direito a receber, em cada ano civil, um 14.º mês, pagável em Julho, de montante igual à pensão correspondente a esse mesmo mês.

9.º-B. O pessoal abrangido pela presente portaria e que se encontre, cumulativamente, na situação de pensionistas, por qualquer outro regime de protecção social, ou no exercício de funções, quer públicas, quer de natureza privada, terá de optar respectivamente, entre o 14.º mês ou o subsídio de férias que lhe competir em razão da sua situação e o 14.º mês a que tem direito nos termos do número anterior.

9.º-C. O abono do 14.º mês será liquidado pela Caixa Geral de Aposentações, pelo Montepio dos Servidores do Estado, consoante se encontre na situação de pensionista, de reserva ou aguardando aposentação, sem prejuízo de, nos termos legais, o respectivo encargo ser suportado pelas entidades responsáveis pela aposentação do seu pessoal.»

Entretanto, já pela Portaria n.º 470/90, de 23 de Junho, do Ministério do Emprego e da Segurança Social, haviam sido contemplados, também a partir de 1 de Julho, os pensionistas dos regimes de segurança social, incluindo os da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais.

O segundo destaque é para a saída do Decreto-Lei n.º 224/90, de 10 de Julho, do Ministério da Defesa Nacional que legisla sobre o anunciado, e confirmado na Sessão de Encerramento da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, através da mensagem do Primeiro-Ministro, alargamento do prazo de revisão de graus de incapacidade.

«O Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, consagra o direito dos Deficientes das Forças Armadas (DFA) à revisão do grau de incapacidade, mas apenas no decurso dos 10 anos posteriores à data da fixação da pensão.

A situação dos DFA é, em si mesma, especial, atendendo a que a sua deficiência ocorreu quando chamados a servir em situações de perigo ou perigosidade, o que os torna credores de uma especial atenção e reconhecimento por parte da Nação.

Importa, por isso, e ainda pela especificidade das lesões por eles sofridas, as quais estão sujeitas a significativos agravamentos em consequência do envelhecimento, contemplar, para além do período de 10 anos, a possibilidade de os mesmos poderem requerer a revisão do grau de incapacidade sempre que se verifique agravamento da doença ou da lesão.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. O artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 6.º

(...)

1 —
2 —
3 — Os DFA podem requerer a revisão do processo, após a data da fixação da pensão, dentro dos seguintes prazos:

a) Uma vez em cada semestre, nos dois primeiros anos;

b) Uma vez por ano, nos oito anos imediatamente seguinte, e uma vez em cada quatro anos, nos anos posteriores, quando a sua capacidade geral de ganho sofra agravamento por qualquer motivo que não seja dos referidos no n.º 3, do artigo 1.º, a fim de serem reclassificados quanto à nova percentagem de incapacidade.

4 — »

NOTA: o acima citado n.º 3 do Art. 1 é o que refere a existência de dado no acto de que resultou incapacidade ou deficiência.

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

● Decreto-Lei n.º 181/90 de 6 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 130, de 6 de Junho de 1990.

— Introduce alterações ao Código de Sisa e do Imposto sobre Sucessões e Doações.

— PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

● Decreto Regulamentar n.º 15/90, de 8 de Junho de 1990, publicado no Diário da República, n.º 132, de 8 de Junho.

— Altera o Decreto Regulamentar n.º 71-A/86, de 15 de Dezembro, que aprova o Regulamento das Ordens Honofríficas Portuguesas.

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

● Decreto-Lei n.º 189/90, de 8 de Junho, publicado no Diário da República, n.º 132, de 8 de Junho de 1990.

— Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 8 de Junho de 1990.

— PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL E DAS FINANÇAS

● Portaria n.º 453/90, de 20 de Junho, publicada no Diário da República, I Série, n.º 140, de 20 de Junho de 1990.

— Actualiza as tabelas de ajudas de custo diárias a abonar aos militares dos três Ramos das Forças Armadas, que se deslocam em missão oficial ao estrangeiro ou no estrangeiro.

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

● Decreto-Lei n.º 206/90, de 26 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 145, de 26 de Junho de 1990.

— Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro (5.ª alteração).

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

● Decreto-Lei n.º 209/90, de 27 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 146, de 27 de Junho de 1990.

— Introduce alterações ao Imposto de Compensação e especial sobre veículos ligeiros de passageiros, motociclos, bancos e aeronaves.

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

● Decreto-Lei n.º 211/90, de 27 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 146, de 27 de Junho de 1990.

— Altera o Código da Constituição Autárquica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 442-C/88, de 30 de Novembro.

— MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

● Portaria n.º 514/90, de 6 de Julho, publicada no Diário da República, I Série, n.º 154, de 6 de Julho de 1990.

— Adita à Portaria n.º 904/B/89, de 16 de Outubro, os n.ºs 9.º-A, 9.º-B e 9.º-C (Actualiza as tabelas de remunerações base dos funcionários e Agentes da Administração dos organismos de coordenação económica e demais institutos públicos, bem como as pensões, ajudas de custo, subsídios de refeição e de viagem e marcha e as participações da ADSE).



Instituto de Defesa Nacional

O Instituto de Defesa Nacional e o Departamento de Comunicação Social da Universidade Nova levaram a efeito, nas instalações do primeiro e de 27 a 29 de Junho p. p., um seminário sobre «Os media e as Forças Armadas», no qual militares e jornalistas analisaram, em conjunto, as relações mútuas dentro das respectivas funções e responsabilidades, debatendo questões tão «conflituosas» como o direito à informação e o segredo em matéria de segurança nacional e procurando encontrar resposta para o «divórcio/desconfiança» entre as duas profissões.

Na sessão de Abertura, em que intervieram para além de representantes do Estado Maior-General e dos três Ramos das FA, o dr. Mário Mesquita (director do «Diário de Lisboa» e professor convidado da Univ. Nova) e o dr. H. Joachim Maître (director da Fac. de Comunicação da Univ. de Boston/EUA), estiveram presentes vários convidados, entre eles o Presidente da Direcção Central da ADFA, José Arruda, acompanhado pelo dr. Sarmento Coelho (DFP/DAGEF), na impossibilidade do director do ELO.

Relações internacionais

Tendo sido analisada a complexidade de que se vem revistindo o crescente envolvimento da ADFA no campo internacional, quer pela sua filiação/participação na FMAC pela sua relação com as IKK e RI quer pela cooperação com as organizações e associações de antigos combatentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, foi decidido criar um serviço específico de apoio à Comissão para a

IKK

Area das Relações Internacionais, encarregado de receber e tratar toda a documentação respectiva, bem como de implementar as deliberações tomadas em tal campo, ficando responsável pelo mesmo a Secretária da Direcção Central, Lucinda Gomes Santos, a qual responde directamente perante a mesma DC.

Recordemos, já que tal foi tratado no ELO, ou sê-lo-á oportunamente, a I Conferência de Antigos Combatentes (e a resultante União), a visita próxima do Presidente da ADFA (e da União) e do secretário-geral da FMAC a Angola e Moçambique, a realização da 5.ª Conferência Regional Europeia da RI (Dublin, 20/25MAI90), da 48.ª



Reunião do Conselho Geral da FMAC, coincidindo com a celebração do 40.º aniversário da Federação e onde deverão ser apreciados os pedidos de adesão de Angola e Moçambique (Bangkok, 6-11NOV90) e ainda, em Lisboa, de 10 a 14 de Abril de 1991, da 14.ª Reunião da Comissão Permanente dos Assuntos Europeus (CPAE) da FMAC onde, pela primeira vez, estarão observadores dos países de Leste ainda sem associações filiadas.

VISITA A DELEGAÇÕES

Conforme contactos havidos anteriormente, os Presidentes e Tesoureiro da Direcção Central deslocaram-se, no dia 30 de Junho p.p., às Delegações de Vila Nova de Famalicão e do Porto para, em conjunto com as respectivas Direcções, analisarem problemas regionais e nacionais, inteirando-se do trabalho e das actividades desenvolvidas e em execução, tendo ficado constatado, e mais uma vez, a dinâmica associativa que preside ao esforço e vontade de todos.

Na Delegação do Porto foi também estudado, com mais pormenor, a questão que se prende com a possível mudança de instalações do Centro de Reabilitação que, embora sendo desejável e necessária, não pode ser feita sem se estabelecer um Protocolo correcto com as demais entidades envolvidas.

ADFA aos microfones

Para além das intervenções da Delegação de Coimbra em rádios locais,



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8

Composto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 8.500 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:
José Manuel Sande, Luísa Rodrigues e Armindo Rôque.

→ como se escreve em «Delegações», também Lisboa se fez ouvir na

Rádio Miramar



A Direcção Central foi convidada a participar no programa «Praça da República» da Rádio Miramar que emite a partir de Paços de Arcos.

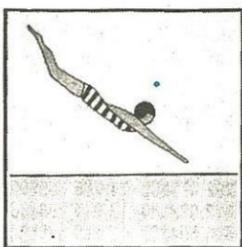
Para o programa realizado no passado dia 13 do corrente e com intervenção entre as 22 e as 23.30 horas, a DC indigitou para a representar o seu 1.º Secretário, e Director do ELO, Patuleia Mendes.

Foram entrevistadores os responsáveis por aquele programa. Rui Gonçalves e Daniel Afonso que dividiram as questões a apresentar, por um lado com relação à experiência, vivência e visão pessoais do entrevistado sobre a guerra colonial e por outro incidindo as suas perguntas em temas acutilantes e até polémicas que têm que ver com a função da ADFA perante a sociedade e os deficientes das Forças Armadas como indivíduos, salientando-se o interesse manifestado pelas actividades e trabalho a realizar pela nossa Associação, nomeadamente no respeitante ao «stress» de guerra.

Foi, no final da entrevista, reconhecido o grande grau de dinamismo e jovialidade da ADFA, transmitidos pelo seu representante.

Período de férias

Informa-se os associados que embora com redução de pessoal, todos os serviços da Sede, com excepção da Formação Profissional, se manterão a funcionar durante o normal período de férias.



NÃO dê saltos em locais que desconhece



VIGIE as brincadeiras das crianças

ADFA recebida pelo Director-Geral de Reabilitação

A fim de que fossem definitivamente clarificadas algumas dúvidas surgidas com a leitura do projecto de acordo apresentado à ADFA e CERCI-GAIA pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional com o fim de rapidamente se iniciarem as obras de conclusão e posterior equipamento técnico e humano das instalações já anteriormente referidas no ELO, e onde se pretende ver, com a brevidade possível, a funcionar em pleno o Centro de Reabilitação e Formação Profissional, instalação actualmente na Delegação da ADFA no Porto, em situação que começa a ultrapassar os limites da precariedade, deslocou-se àquele Instituto para uma reunião com o dr. António Charana, Director-Geral de Reabilitação do Ministério do Emprego e da Segurança Social, uma Delegação da ADFA composta pelos Presidentes e 1.º Secretário da Direcção Central, José Arruda e Patuleia Mendes, pelo Secretário e 1.º Vogal da Direcção da Delegação do Porto, Bruno da Costa e Bernardino Correia, pelo Chefe de Departamento de Forma-

ção Profissional da Sede, Sarmento Coelho e pelo director do Centro de Reabilitação, Jerónimo de Sousa.

Foram apresentados por todos os elementos que compunham a delegação da ADFA as virtualidades e preocupações que sentiam com a assinatura do projecto de acordo no momento em apreciação, tendo-se destacado, por mais profundas as intervenções, na área da política da reabilitação do Presidente da DC e na respectiva apreciação técnica, do Director do Centro de Reabilitação. Solvendo as dúvidas que iam sendo presentes, o dr. António Charana realçou o grande reconhecimento e confiança por parte do Instituto do Emprego e Formação Profissional pela capacidade de iniciativa e de organização e de levar a bom termo os projectos a que se arrosta a nossa Associação, tendo-se convidado para os primeiros dias de Setembro próximo, no caso de aceitação por parte das três entidades intervenientes dos exactos termos em que actualmente se encontra

proposta de acordo, na realização de um novo encontro para a sua formal assinatura, apresentando, no momento, a ADFA o calendário faseado das obras a realizar e dos montantes a atribuir a cada uma das etapas da construção.

Finalmente e animados pelo incentivo de apoio por parte do Ministério do Emprego e da Segurança Social, quando da audiência com o seu titular em 2 de Maio do ano findo, foram apresentados àquele Director-Geral os encargos suportados pela ADFA no reequipamento, designadamente material de «off-set», da nossa Tipografia-Escola, tendo-se evidenciado um aumento para muito breve, em número de 6. do quadro de trabalhadores daquela oficina, 5 dos quais se prevê portadores de deficiência. Foi manifestado à nossa delegação o empenho daquele departamento oficial no célebre estudo e equacionamento do problema, prevendo-se, mercê do enquadramento nas suas áreas específicas de funcionamento, uma resposta rápida sobre a sua forma e montante.

Casal Pereira: uma alegria estar connosco

Na verdade o dia 21 passado foi bem diferente e feliz, até emotivo, para muita gente. Correspondo ao convite feito

pital de Hamburgo, a boa disposição, e a boa comida, que faziam esquecer ou atenuar amarguras e saudades.



através do ELO, juntam-se na sede, vindos de todo o país, muitos interrompendo férias e fazendo muitos quilómetros, largas dezenas de sócios, a maior parte trazendo as mulheres e os filhos, transformando o encontro para que vinham naquilo mesmo que ele devia ser: uma reunião familiar.

Para muitos foi o reencontro de longos anos, para outros o abraço de alguns dias, mas para todos foi a alegria da amizade, do reconhecimento, o gosto de mostrar à família de cá aquela outra da Alemanha, a companhia das horas difíceis no hos-

pital de Hamburgo, a boa disposição, e a boa comida, que faziam esquecer ou atenuar amarguras e saudades.



reconhecimento de todo o apoio que os deficientes das Forças Armadas, e a ADFA através deles, têm recebido desse casal exemplar de portuguesismo, não esquecendo a Madalena, claro. Com medo de mais fortes emoções, falou pela Direcção Central o único dos seus membros presentes que nunca tinha ido à Alemanha, Patuleia Mendes, e mesmo esse, por tudo o que sabe e ouve sobre «os Pereira» não soube evitar a comoção que todos sentiam numa homenagem festa que já tardava.

Promessas ficaram no ar enquanto se prolongou na casa de alguns, não sem se ter deixado de lembrar os ausentes, alguns por estar em exactamente em Hamburgo.

Domi e Zé Gonçalves Pereira, «sócios honorários» da ADFA estiveram em casa. Voltem depressa.

EDITORIAL



A PARTICIPAÇÃO E A DESCENTRALIZAÇÃO COMO MOTORES DE DESENVOLVIMENTO DA ADFA

A realização do III Congresso da ADFA, em Janeiro de 1989, constituiu, sem dúvida, um espaço de encontro das várias realidades associativas, implantadas ao nível central, regional e local, baseadas fundamentalmente, na experiência de 15 anos e participação dos deficientes das Forças Armadas, na obtenção de melhores condições de integração numa perspectiva aberta à comunidade em que nos inserimos.

Constatámos, em comunhão de ideias, termos adquirido um apreciável «capital» de conhecimentos nas várias áreas do processo de reabilitação das pessoas com deficiência e que estavam reunidas as condições para que a ADFA se afirmasse como «Organização Não Governamental», disposta e preparada para dar o seu contributo nas acções que visam a reabilitação em projectos de cooperação e complementação desenvolvidos pelos poderes públicos.

As acções levadas a cabo pela ADFA, após o III Congresso, são um bom referencial de que estamos no caminho certo, garantindo numa acção biunívoca, os nossos direitos e a participação no evoluir da sociedade.

O reconhecimento e o apoio que as nossas iniciativas merecem por parte de todos os órgãos de soberania, entidades militares, autarquias e organizações públicas e privadas, em geral, são bem o testemunho de que as mesmas se inserem no quadro dos interesses de Portugal, tanto no âmbito nacional como no internacional.

Sabe-se, no entanto, que as grandes questões em que a ADFA se encontra envolvida, como sejam a construção da nova Sede; a cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa, na sequência da realização da II Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau; o desenvolvimento das acções no seio da FMAC e outras organizações internacionais; a participação no Conselho Nacional de Reabilitação e o empenhamento nas acções de modelo local (Projecto de Distrito), coordenados pelo S. N. R. e C. E. E., devem ser permanentemente assunto de debate associativo alargado, pois a sua falta tem trazido inconvenientes manifestos tanto para a ADFA, no seu conjunto, como nas acções que ao nível local as várias Delegações e Núcleos desenvolvem.

A elaboração do «Estatuto do Deficiente Militar» e a revisão estatutária são igualmente grandes questões apontadas pelo III Congresso, para o debate dos quais, a participação descentralizada dos associados é imprescindível para que a Associação, no seu todo, viva e se desenvolva ao mesmo ritmo.

Dando seguimento ao tema do III Congresso «Participando construímos o futuro», os Órgãos Sociais Centrais pensam que é oportuno e desejável propor às Direcções de Delegação acções de informação e divulgação que envolvam, localmente, as autarquias, os serviços públicos, as entidades militares, as organizações de e para pessoas com deficiência, a comunicação social regional e os sócios.

Estas iniciativas constituirão momentos privilegiados para dar a conhecer a realidade do trabalho que, muitas vezes, anonimamente desenvolvem em todo o país e as potencialidades, no âmbito dos projectos nela implementados.

A participação dos associados em tais acções deverá constituir-se em componente de peso, tanto na organização dos trabalhos, tal como em activo elemento que reforce o sentir de que o universo que construímos tem a ver com todos os que se orgulham de pertencer ao projecto que se chama ADFA.

A Direcção Central



ESCREVEM OS SÓCIOS...



...DE COIMBRA

José Maia, Presidente da Delegação de Coimbra, mais uma vez presta à sua valiosa colaboração ao ELO, escrevendo não «para» o jornal, mas «no» jornal, para os sócios e outros leitores, já que o ELO é de todos e todos deveriam ser, também, seus colaboradores.

«Sou deficiente mas não sou incapaz...»

O dia está calmo. A Primavera oferece-nos um sol resplandecente, inundando toda a cidade de uma clareza dourada. Iniciamos com a melhor das disposições a viagem que nos levará até Anadia, local do nosso destino. Passar o dia com o Manel, associado da ADFA n.º 1850, deficiente visual com uma incapacidade de 95 por cento, é para nós uma razão mais do que suficiente para nos sentirmos bem dispostos. A promessa estava feita já há muito tempo, mas desta vez é que ia ser. O Manel iria ser entrevistado para o ELO, com fotografias e tudo!

Manuel Duarte Silva: defi-

ciente das Forças Armadas, ferido na Guiné no dia 3 de Março de 1972. Era o regresso de mais uma missão. Numa das distantes picadas daquela colónia portuguesa que os nossos antepassados nos fizeram o favor de deixar e que a nossa geração foi obrigatoriamente aguentando à custa do sangue e ceifa de vidas que aos vinte anos deveriam estar no tal retângulo à beira-mar plantado, pisou uma mina antipessoal. Aqui se iniciava uma nova etapa da vida de um jovem, mais um, que arrancado do seio familiar foi empurrado para uma guerra com que nada tinha a ver.

No já distante mês de Março de 1972, começava a sua luta pela sobrevivência moral e pela reintegração social num país que, à maioria dos jovens, os seus governantes ofereciam o maquiavélico catecismo da mentira e o fomento da ignorância política.

Se a partida para a guerra deixou marcas terríveis, o regresso antecipado foi dramático. O jovem forte e saudável que partira em defesa

de falsos valores patrióticos que desde a escola primária eram enfiados à força nos tenros e débeis cérebros de criança, regressava abruptamente, como que num desafio demoníaco às fervorosas orações que, por cá, tentavam combater a dura realidade do campo de batalha.

O Hopsital Militar Principal foi o seu destino. Uma das camas daquele estabelecimento iria ser, durante largo período, o repouso do guerreiro, quem sabe, a antecâmara da morte.

Como previamente ficou combinado fomos ter com o Manel ao seu habitual local de trabalho, onde há vários anos exerce a profissão de telefonista.

Depois dos cumprimentos sem formalidades, com o à-vontade que o caracteriza, o nosso entrevistado começou a dar-nos conta da sua vida!...

— «Depois de quase 20 anos após o ferimento, como é a vida do Manuel Silva?» — perguntámos.

Com a boa disposição que lhe é peculiar, ao som de

uma estridente gargalhada, foi-nos dizendo:

— «Sinto que sou feliz na minha vida. Considero que tenho uma vida normal, tendo em conta a minha deficiência. Trabalho, dou os meus passeios, convivo com os amigos e família, como e bebo.» Perante o nosso silêncio, nova sonora gargalhada: «E faço mais coisas. Queres que diga?».

Rimos todos com vontade. Ali bem à nossa frente está de facto o Manel que todos conhecemos, respeitamos e muito admiramos. Um subtil sorriso malandro acompanha as frases que se seguem:

— «Sou deficiente mas não sou incapaz nem aleijado, e como há coisas que se fazem sem ser preciso estar de pé!...»

Risada geral. O Manel estava de facto imparável. Respondendo a outra pergunta nossa, agora com um semblante mais sério, retorquiu:

— «Embora goste do que faço, sinto que não faço o que desejo! Gostava de poder fazer mais coisas, mas sei

que isso não depende só de mim. Na minha profissão gostaria de ter melhores condições de trabalho e que o serviço fosse mais movimentado. Às vezes é muito monótono! Gostaria de escolher outra profissão, embora goste desta. Às vezes sinto que a minha profissão foi o que se pôde arranjar.»

Nota-se agora no Manel uma certa revolta interior, disfarçada aqui e ali por fogachos de boa disposição. Ali à nossa frente está um homem que parece não ser o mesmo de há pouco. O seu tom de voz é mais amargurado, mas nem por isso deixa de mostrar uma grande segurança no que diz. Ali à nossa frente está um indivíduo determinado, exteriorizando uma grande vontade de viver, mas denotando também uma certa frustração. Não deixamos de perguntar a nós próprios se haverá algum deficiente neste país que não sintisse isso mesmo: uma grande frustração...

Depois, como que tomado do fôlego, continuou o Manel:

— «Se tivesse mais habili-

tações literárias sinto que as minhas oportunidades seriam maiores para ter outras profissões! Com a idade que tenho, penso que ainda poderia estudar, mas é muito difícil. E não é só por ser cego. Em Portugal, viver na província continua a ter muitas desvantagens. Ainda estudei braile, mas já foi há tanto tempo que aos poucos me tenho esquecido. Se visse em Coimbra seria diferente, mas aqui na Anadia não tenho hipóteses.»

Interrompemos para perguntar:

— «Não pensas que as autarquias poderiam dar um certo apoio?»

— «Penso que sim. Sei da existência da biblioteca para invisuais na Câmara Municipal de Coimbra, cuja experiência poderia servir de exemplo. Até porque aqui na zona há um número razoável de cegos. Para nós invisuais, são muito importantes os contactos com outros cegos e também com entidades ligadas à deficiência, mas enfim!...»

«Felizmente para mim e

Linhas de força



Linhas bem marcadas

Linhas fluidas, aerodinâmicas: CX. -0,31

Forte temperamento

Robustez, força
5 versões
TXE (Motor 1721 cm³, 92 CV);
TSE (Motor Energy, 1390 cm³, 80 CV);
GTS (Motor Energy, 1390 cm³, 80 CV);
GTD (Motor Diesel, 1870 cm³, 65 CV);
TR (1237 cm³, 55 CV).

Paixão pelos detalhes

Três níveis de equipamento de série, verdadeiramente fora-de-série. Ar condicionado e tecto de abrir (em opção conforme as versões).

Gosto pelo espaço

Habitáculo espaçoso, bem protegido, boa visibilidade. Painel de bordo completo e funcional. Porta-bagagens versátil (de 463 dm³ a 1352 dm³).

Exigência de conforto

Bancos ergonómicos com vários níveis de regulação. Bancos traseiros com funcionalidade 1/3 - 2/3 (TXE, TSE, GTS e GTD).

Busca da perfeição

Qualidade de construção, segurança activa e segurança passiva. Garantia anticorrosão de 6 anos. A partir de agora, acesso gratuito ao serviço Assistência 24 Horas.

Renault 19

CHAMADE

A força elegante



Renault Portuguesa, S. A.
(Sucursal)
Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 Lisboa
Telef. 859 00 58

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

Serviço da gama «Renault»

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.
Porto: Primeiro sábado de cada mês.
Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

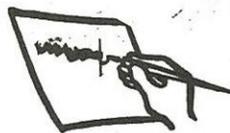
EM VIGOR A PARTIR DE 09.04.90

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 4 TL Savane	757 930\$00	1 026 828\$00
Renault 4 Clan	722 829\$00	1 049 127\$00
Renault 4 GTL	846 931\$00	1 194 326\$00
Renault 5 Campus 3 p	917 881\$00	1 213 970\$00
Renault 5 Campus 5 p	969 084\$00	1 273 878\$00
Renault 5 Jeans 3 p	860 007\$00	1 209 625\$00
Renault 5 Jeans 5 p	908 507\$00	1 266 370\$00
Renault 5 TL Saga 3 p	988 512\$00	1 359 976\$00
Renault 5 TL Saga 5 p	1 038 322\$00	1 418 253\$00
Renault 5 GTR 3 p	1 058 585\$00	1 505 352\$00
Renault 5 GTR 5 p	1 107 493\$00	1 562 574\$00
Renault 5 GTX	1 295 152\$00	1 914 936\$00
Renault 19 TR 3 p	1 185 507\$00	1 659 700\$00
Renault 19 TR 5 p	1 280 001\$00	1 770 258\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 286 596\$00	1 904 756\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 384 334\$00	2 019 109\$00
Renault 19 TSE	1 564 219\$00	2 229 575\$00
Renault 19 Chamade TR	1 292 673\$00	1 785 085\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 412 022\$00	2 011 209\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 595 504\$00	2 220 648\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 697 163\$00	2 395 099\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 697 163\$00	2 395 099\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 220 981\$00	1 631 964\$00
Renault Express GTC	1 316 009\$00	1 743 147\$00
VIATURAS A DIESEL		
Renault 5 GTD	1 450 445\$00	2 439 445\$00
Renault 19 GTD	1 663 214\$00	4 241 852\$00
Renault 19 Chamade GTD	1 696 479\$00	4 232 360\$00
Renault 21 GSD Tricorpo	1 915 913\$00	4 541 470\$00
Renault 21 T.DX Tricorpo	2 296 407\$00	6 824 484\$00
Renault 21 GSD Bicorpo	1 915 913\$00	4 541 470\$00
PREÇOS PREVISTOS DAS VIATURAS DE CAIXA AUTOMÁTICA		
Renault 19 GTS 3 p	1 389 404\$00	2 225 041\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 484 758\$00	2 336 605\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 660 255\$00	2 341 937\$00
Renault 19 Chamade GTS	1 511 770\$00	2 168 209\$00
Renault 19 Chamade TSE	1 690 777\$00	2 377 648\$00

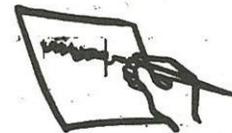
Transferência+Transportes= R 5 — 12.500\$00; R 19 — 17.500\$00; R 21 — 20.885\$00; R 19 CHAMADE — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES: Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tel.: 3462167/8/9 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tel: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.



ESCREVEM OS SÓCIOS...



→

para a família, sou um indivíduo que não me escondo atrás da deficiência. Em casa não me limito a ouvir rádio ou televisão! Há sempre tarefas para fazer e muitas delas executo-as sem ajuda!...

— «Como deficiente das Forças Armadas pensa que em relação a outros deficientes és favorecido?»

Depois de atender um telefonema, o nosso entrevistado disse-nos:

— «Sinceramente penso que não. O que tenho a dizer sobre isso é que deveria haver uma política séria de reabilitação e integração dos cegos.

«Em relação por exemplo às crianças, temos a vantagem de ser adultos. Sabemos o que queremos. As crianças não. A grande vantagem dos cegos que adquiriram a deficiência no serviço militar é terem-se reunido em associação, formando a ADFA, que apesar de todos os defeitos é que tem trabalhado para alcançarmos o que conseguimos até hoje.

«Em Portugal ainda se tenta fazer crer que os deficientes em geral e os cegos em particular são um peso para o País. Isso é errado. Há muita gente com saúde e sem problemas físicos que não fazem nada. Muitos deles servem-se de pessoas invisíveis para ganhar dinheiro e até para outros fins. Eu trabalho e o meu vencimento é fruto do meu esforço. Nos meus momentos livres, trabalho em casa e até nas terras, na agricultura. Se há deficientes militares que se sentem bem só com a pensão, eu não. Nada me pagará os olhos que perdi, mas também não vivo de queixinhas que não levam a lado nenhum.»

Não havia dúvida que tínhamos tocado num tema sensível. Aproveitámos para perguntar ao Manel o que pensava sobre o papel do Estado em relação aos invisíveis, principalmente depois do 25 de Abril.

Encolhendo os ombros, o Manuel Silva foi-nos dizendo:

— «Não há dúvida que as coisas melhoraram, mas ainda há muita coisa a fazer, principalmente tendo em conta o que se faz nos países da CEE. Aqui em Portugal as pessoas não estão sensibilizadas. Se vêem um deficiente de camisa lavada, inventam logo histórias. Mas isso a mim pouco me interessa. Vou fazendo a minha vida e criando as minhas filhas.»

Chegava-se a hora do almoço e o Manel lembrou-nos disso mesmo. Perguntámos ainda:

— «Como foi aceite a tua deficiência no seio da família e dos amigos?»

— «Nunca tive grandes problemas. As pessoas acabaram por se habituar. Em minha casa a vida sempre se processou praticamente normal. As minhas filhas tiveram alguns pequenos problemas, mas tudo se solucionou.

Somos testemunhas do ambiente familiar do Manel, pois temos o privilégio de ser seus amigos. A esposa é de uma dedicação extrema. Mulher de grande simpatia, é a mulher característica da

vida rural portuguesa. Vive para a família, mas nunca a vimos paparicar o marido pelo facto de ele ser deficiente. Naquela casa acolhedora toda a família tem as tarefas distribuídas.

A respeito dos familiares, o Manel fala-nos das filhas com o enlevo natural de um pai que se sente feliz: «Vou-te falar delas para quê? Já as conheces!»

Concordei com ele. Levantámo-nos e lá seguimos para Famalicão, de Anadia, onde nos esperava um saboroso almoço bem regado com o bom tinto espremido das uvas que o Manel e a esposa trataram de cultivar.

Aproveitámos a presença na Escola Secundária de Anadia, local de trabalho do nosso sócio para falar com algumas pessoas sobre os deficientes, particularmente sobre o Manel. D. Arménia, auxiliar de acção educativa, 42 anos, casada com um deficiente visual. Algumas das suas considerações:

— «Nunca achei grande diferença entre o Manel e os outros colegas. É um bocado teimoso e às vezes grita com a gente, mas é boa pessoa. Admiro-o muito. Sei o esforço que é preciso fazer para levar uma vida digna, mas ele tem muita força de vontade. Os deficientes e os filhos e esposas deviam ser mais apoiados pelo Estado. Não suportem certas coisas que vejo e oiço. O 25 de Abril foi a melhor coisa que podia ter acontecido aos pais e aos jovens deste país. A guerra foi um grande inferno.»

Este trabalho foi acompanhado pelo António Veríssimo, jornalista da Rádio Província de Anadia, que fez várias intervenções em directo para o seu auditório, tendo havido intervenções do entrevistado e de nós próprios, cujos temas principais foram os deficientes em Portugal e a ADFA.

Enquanto o Manuel Silva fala para a rádio, ouvimos a Ana Margarida, dez lindas primaveras e uns olhos de um verde luminoso. Ana Margarida, atenta à voz do seu pai, ali mesmo ao lado na telefonia, diz-nos:

— «Gostava que o meu pai me visse, mas gosto muito dele e é igual aos outros

...de HAMBURGO!

«No dia 7 de Junho o Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Bona (RFA), Capitão-de-Mar-e-Guerra Ernesto Correia dos Santos, visitou o Hospital Militar de Hamburgo, onde habitualmente se encontram DFAs, em tratamento de reabilitação.

O Adido Militar era acompanhado pelo Secretário Consulado de Portugal em Hamburgo, Pedro de Macedo.

Apresentou cumprimentos



país. Não vejo diferença.»

Pisca-nos aqueles olhos vivos e dispara: «Olhe que ele bate muito na gente!»

— «Então e tu não foges?»

— «Oh?: Fugir? Depois, ele à noite apanha-nos!»

A beleza da sinceridade de criança. Na telefonia ouve-se a voz do Manel a falar em directo, via telefone. Aproximámo-nos da Rosa Manuela. Mais velha e também menos viva que a irmanzita mais nova, mas nem por isso deixando de irradiar a doce beleza que exteriorizam todas as crianças nas suas formas sinceras e meigas de nos dizerem as coisas:

— «O meu pai é deficiente, mas cá em casa não o sentimos. Vemo-lo a fazer tantas coisas que até nos esquecemos que ele não vê. Por vezes manda-nos buscar feramentas e não as encontramos e ele vai lá e encontra-as.»

Nota-se um brilho no olhar e um orgulhoso timbre na voz. Fala-se do pai, da segurança da família:

— «Não sei bem o que é a guerra, mas penso que é as pessoas andarem à bulha umas com as outras.»

O Manuel Silva tinha acabado de falar para a rádio. Senta-se junto a nós. Olhamos para o relógio. Começam a ser horas do regresso.

Tinha sido um dia muito especial com o nosso querido amigo Manuel Silva. Um exemplo vivo do querer andar para a frente. Um homem que não se refugia na deficiência. Um sócio que telefona frequentemente para a ADFA para saber como estamos. Um grande deficiente que não se limita a preocupar-se com o aumento das pensões. Um verdadeiro activista da ADFA que nos dá força para continuarmos nesta luta diária por uma Associação que lute e reivindique o direito à vida, à segurança e ao bem-estar.

Manuel Duarte Silva, um motivo forte para que nos continuemos a empenhar na defesa dos grandes objectivos que levaram à formação da ADFA.

OBRIGADO MANEL

José M. Maia
Sócio n.º 244

...de LISBOA

O RUIR DAS PIRÂMIDES

Este artigo destina-se juntamente com outro, com o mesmo título, publicado no ELO de Janeiro, e com mais um que tenho em preparação sobre a problemática da ASSIS-TÊNCIA em Portugal desde o séc. XVIII, a apresentar uma base teórica, sobre possíveis posições que venha a tomar sobre a alteração estatutária, cujo processo, como afirmei no artigo anterior, continua a decorrer, na incógnita dos sócios. Tenho conhecimento que um projecto de alteração dos Estatutos foi entregue na Delegação do Porto há mais de um mês, incompreensivelmente, até à data em que escrevo este artigo, esse documento ainda não tinha chegado a Lisboa e muito provavelmente a nenhuma Delegação da ADFA.

Armindo Roque

A informática é ainda olhada de forma mitológica, ao estilo do filme «2001 Odisseia no Espaço», quando é já um objecto de uso caseiro. De facto as rápidas mutações condicionadas, mas também condicionantes, da informática na sociedade, sobretudo depois do aparecimento dos microcomputadores, operaram profundas mutações nas estruturas sociais e políticas.

A caixa preta é cada vez mais preta, mas cada vez mais transparente, quer dizer não se pode confundir computador com informática, com o risco do paraíso se transformar num inferno.

Um dos mais espectaculares fenómenos que vivemos é a **aceleração do tempo**, em que a emergência de um **distúrbio** e a rapidez da sua resolução, são factor determinante do êxito. Em segundo lugar há uma maior participação do cidadão comum no **governo da sociedade** fruto das progressivas conquistas político/sociais. Em terceiro lugar verifica-se a necessidade de uma quantidade enorme de informação em consequência do anteriormente afirmado, mas também de uma cada vez maior complexidade sócio-técnica. Por último, uma enorme variância dos extractos sociais e das suas necessidades, em consequência do afirmado nos dois pontos anteriores.

O aumento exponencial de informação cedida gratuitamente aos cidadãos, aliado a uma cada vez maior intervenção na produção e no consumo, tem como consequência uma cada vez maior descentralização e a necessidade de um cada vez maior número de pessoas habilitadas a tomar decisões, quer dizer, **informadas**, o que implica transformar a força de trabalho potencial, em efectiva.

Muitas e estereis discussões opõem os partidários do modelo **INFORMAÇÃO** com outros modelos. Ora o que realmente acontece é que uma organização não é somente um ou vários sistemas de informação, mas é verdade que este modelo é um avanço na teoria dos sistemas de organização. Peter Drucker é um dos defensores deste sistema, na continuação e aperfeiçoamento das teorias de Nolan, apresentadas em 1975.

A necessidade de rapidez de execução implica o aligeiramento das estruturas e a eliminação de vários níveis hierárquicos, como se tem vindo a verificar em numerosas empresas, que por vezes eliminam três ou quatro e mais níveis hierárquicos, demons-

trols fracos, pouca documentação e directamente dependente da administração, sendo usado quase exclusivamente em contabilidade geral, orçamentos, «stoks», etc., o que também não deu resultados muito positivos, terminando geralmente com o despedimento do director de informática; a terceira fase, a **FORMALIZAÇÃO**, tem como objectivo a racionalização, com uma organização fortemente controlada, o que acentua a centralização, dando-se no entanto o desenvolvimento de pequenas aplicações, em novos programas, de execução rápida e resultados visíveis, o que deu origem à quarta fase, **MATURAÇÃO**, que Nolan subdivide em duas.

Agora há a intenção de criar novos instrumentos, o que é acompanhado com a criação de sectores operacionais, passando-se de uma fase de forte centralização ao de uma excessiva descentralização, o que acarreta problemas de incompatibilidade. É aqui que se começa a analisar de forma global a origem dos fracassos, é a crise dos anos setenta, e surge a segunda fase da maturação, os projectos informáticos apontam no sentido do **conselho**, as discussões giram à volta de técnicas de planeamento, e os projectos apesar de tecnicamente bem concebidos e bem geridos vão, de **vitória em vitória até à derrota final**. Continua-se a tentar **APENAS FAZER MAIS DEPRESSA O QUE JÁ SE FAZIA**, pondo os projectos o assento técnico na componente técnica. Estes fracassos obrigam a um novo deslocamento de importância decisiva, a **VERTENTE SOCIO-ORGANIZATIVA**.

Não se trata agora de **apenas fazer mais depressa o que já se fazia**, mas, de gerir melhor e surge o conceito de **SISTEMA DE INFORMAÇÃO**, trata-se de gerir esse bem precioso, a informação. Há assim um deslocamento do centro de gravidade no desenvolvimento dos programas, da vertente técnico-computacional para a vertente organizativa, estruturando-se de forma a permitir induzir readaptações rápidas, desta forma aparecendo a **nova fronteira da gestão**.

O conceito de gestão moderna considera errada a utilização técnico-mecanicista, de modelos teoricamente aprendidos nas escolas; simplesmente... **NÃO HÁ MODELOS!** A gestão deve basear-se na utilidade e na menor complexidade possível e para isso é necessário descer ao terreno.

A ilusão de que existem modelos feitos está ainda na cabeça de muitos gestores, e aqui reside a questão fulcral, o método de pensamento actual, é o **PENSAMENTO RELACIONAL**, que se tenta impor numa sociedade maioritariamente de pensamento **MECANICISTA**, velho de quatro séculos; um pensamento novo e criativo que voa livre como os pássaros, o outro, um pensamento que tem de se apoiar sempre em ideias preconcebidas, é uma mentalidade que só sabe funcionar com muletas, é um **PENSAMENTO COXO**.

NOVA SEDE

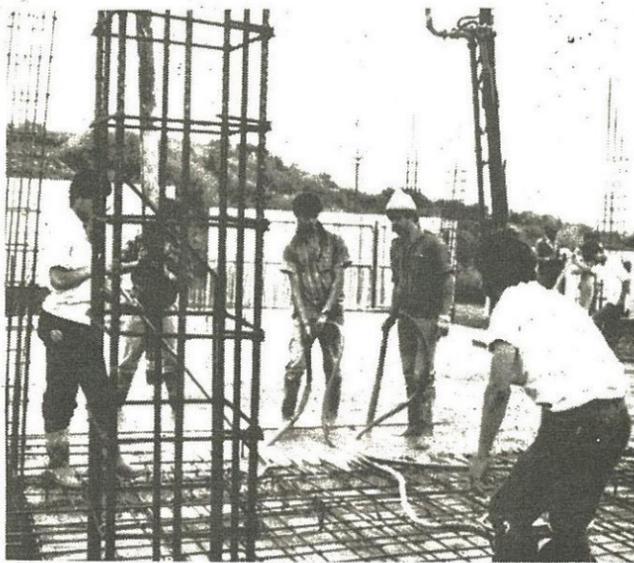
PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Antes de mais uma explicação que se torna necessária: as duas fotografias que se reproduziram no ELO de Junho sobre a medalha da campanha da Sede, não correspondem ao averso e verso de uma única medalha, mas sim aos aversos de duas medalhas diferentes embora com versos iguais.

Dado que a qualidade possível das fotografias não era a melhor, porque feitas sobre os próprios moldes de gesso, vamos explicar aos sócios e aos nossos leitores a temática das duas medalhas. Assim, na primeira, sobre o embarque de navegadores e soldados numa caravela, duas frases: «POR MARES NUNCA DANTES NEVEGADOS...» «CUMPRIU-SE O MAR». Na segunda, em legenda para o desembarque de militares deficientes de um paquete, «EM PERIGOS E GUERRAS ESFORÇADOS...» «CUMpra-SE A SOLIDARIEDADE». No verso de ambas, com uma perspectiva estilizada da nova Sede. «ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS — PORTUGAL». «TESTEMUNHO DE UM CONTRIBUTO».

Entretanto, a «Comissão de Angariação de Fundos» informa que foram mandadas cunhar apenas 3000 exemplares desta medalhas (1500 de cada), para atribuição aos contributos, de sócios e não sócios, de valor igual a 10 000\$00 (uma medalha) ou 20 000\$00 (o par), prevendo-se a sua apresentação pública em cerimónia a realizar possivelmente na primeira semana de Outubro, junto ao Padrão dos Descobrimentos, em Belém, acto onde serão também entregues já aos que, até 15 de Setembro, atinjam aquelas quantias. Atenção que sobre este acontecimento se dará informação mais detalhada no ELO de Setembro (que por isso será antecipado), já que se pretende que este encontro seja mais uma prova de dinamismo associativo, com programa onde se destacarão, para além da cerimónia anunciada, uma visita às obras da nova Sede e um almoço.

Quanto à nossa campanha, ela passa hoje dos **quatro mil contos**, o que nos parece pouco em relação ao que poderemos/deveremos apresentar em Setembro (em Agosto ELO também vai de férias), dado o recebimento do 14.º mês e do reembolso dos 8%, para além da tal data, acima indicada, de 15 de Setembro...



Transporte (JUN/90) 3 849 338\$00

SÓCIOS	NOME	QUANTIA
N.º		
(Sede)		
248	Armando R. Alves	20 000\$00
946	Jorge M. V. Brito	10 000\$00
8 640	Joaquim F. G. Santos.....	10 000\$00
10 937	Assante Camisa	10 000\$00
1 868	João M. S. Coelho.....	20 000\$00
3 163	Teófilo J. D. Almeida	10 000\$00
9 241	João B. Sofia	15 000\$00
2 378	José A. D. Neves	10 000\$00
10 243	José M. Costa	10 000\$00
9 035	António L. P. Pereira	10 000\$00
6 405	Armando M. Ramos.....	12 000\$00
7 700	José J. C. R. Cruz	10 000\$00
2 083	Jacinto A. M. Anjos	2 000\$00
2 209	José C. F. Casaleiro.....	5 800\$00
4 528	José S. Júnior.....	5 000\$00

2 649	Carlos A. A. Duarte	800\$00
825	Fernando F. Jesus	5 000\$00
864	Aníbal V. Júlio	2 000\$00
2 539	Manuel N. Silva	1 000\$00
6 315	Virgílio F. Matos	2 000\$00
3 300	Amável J. F. Esteves	5 000\$00
1 958	Armindo A. Nunes.....	5 000\$00
11 552	Salvador M. Matavela.....	1 000\$00
11 020	João C. R. Ribeiro	2 000\$00
?	Anónimo	1 000\$00
8 278	Luís B. Silva	2 000\$00
2 710	Germano A. Miranda	5 000\$00
4 316	Artur A. Afonso.....	2 000\$00



2 124	Valentim L. Pedro	3 000\$00
7 330	Raúl F. Cristóvão.....	1 000\$00
4 698	António C. Esperança.....	5 000\$00
—	Armindo C. Almeida	4 000\$00
2 413	Vítor M. A. Ramos	2 000\$00
2 825	António C. Teodoro.....	2 000\$00
3 286	António L. S. Alves.....	1 000\$00
6 178	Alfredo C. Silva.....	2 000\$00
2 033	João M. Neves	2 000\$00
5 207	Ernesto E. Almeida.....	5 000\$00
5 114	Diamantino E. A. Silva	1 000\$00
5 997	Adelino J. M. Barros	800\$00
8 053	Jaime P. Henriques	2 600\$00
11 558	Delfim Pereira	2 000\$00
611	Carlos A. D. L. David.....	3 000\$00

(Bragança)

8 287	António E. Fernandes.....	2 000\$00
2 744	Eduardo D. Nogueira	3 000\$00
2 908	Manuel A. Ramos.....	2 000\$00

(Castelo Branco)

3 902	Joaquim I. Roberto	5 000\$00
4 748	Joaquim J. Duarte.....	5 000\$00
3 110	Sebastião R. Ventura.....	1 000\$00

(Faro)

10 880	José F. G. Santos	5 000\$00
--------	-------------------------	-----------

(Funchal)

6 012	Daniel J. N. Alves.....	3 000\$00
128	Luís T. S. Santos	5 000\$00
1 004	José L. S. Dinis	10 000\$00
—	José M. M. Mendonça	10 000\$00

(Setúbal)

9 028	Rui M. S. Bizarro.....	1 000\$00
9 535	Alfredo E. Monteiro.....	1 000\$00
3 371	José S. P. Faria.....	4 000\$00
4 500	Manuel J. G. Caeiro	1 000\$00
2 078	Domingos C. Pires	1 000\$00
4 636	Aristides F. Santinhos.....	1 000\$00
793	Manuel M. P. Gonçalves	1 000\$00
2 367	Joaquim A. Raposo.....	1 000\$00

(V. N. Famalicão)

6 143	Albino M. Salgado	1 000\$00
-------	-------------------------	-----------

NÃO

SÓCIOS	NOME	QUANTIA
--------	------	---------

(Sede)

	Rui J. C. Fróis.....	1 000\$00
	Pedro Lopes de Macedo	5 600\$00

A transportar (JUL/90) 4 148 938\$00

ADFA esteve presente...

colaboração de Gracinda Benedito (*)

«Conferência europeia sobre Formação Profissional e Emprego de pessoas surdas»

Rectificação

Tendo sido indicado na notícia publicada pelo ELO/JUN sobre esta reunião internacional que a mesma havia tido organização conjunta, e apenas, do Secretariado Nacional de Reabilitação e da Associação Portuguesa de Surdos, o facto é que também foi da responsabilidade do Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP) e do Secretariado Regional Comunitário Europeu da Federação Mundial de Surdos (ECSR).

Pelo involuntário lapso, as nossas desculpas às entidades envolvidas.

«Lisboa Diferente»

A Câmara Municipal de Lisboa, através do seu «Pelouro de Acção Social, organizou, a 13 deste mês e no Jardim Zoológico da capital, um dia especial destinado a crianças deficientes, o qual, denominado «LISBOA DIFERENTE», constou de diversas manifestações artísticas, culturais e desportivas, a que deram o seu apoio, não só mais de meia centena de convidados e firmas, como também muitos artistas e amadores bem conhecidos do nosso público.

Também várias marcas e empresas ligadas ao sector audiovisual não quiseram deixar de estar presentes, possibilitando aos mais novos, e não só, o contacto directo com as novas tecnologias, algumas especialmente concebidas para a especificidade do deficiente.

Centenas de crianças, talvez mais de um milhar,

de numerosas instituições e associações, tiveram assim um dia inesquecível que, iniciado pelas 9 horas e terminando pelas 17, englobaria teatro, circo, marionetas, desporto, espectáculo de golfinhos e espectáculo musical, para além da visita de vários heróis de Walt Disney.

Numerosos convidados foram também acompanhando esta festa, permitindo-nos destacar a dr.ª Maria Barroso, o dr. Jorge Sampaio (Presidente da CML) e a dr.ª Guida Faria (Secretária Nacional de Reabilitação). Pela ADFA estiveram o Presidente da Direcção Central e a assistente social da Sede.

Resta esperar que esta iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa seja incentivo para posteriores actividades e programas similares, quer da própria CML quer de outras entidades públicas ou privadas, e não só em Lisboa, que estejam interessadas em que, pelo menos um dia seja diferente e mais alegre para estas crianças, já que, como dizia o documento de informação e boas-vindas do Vereador do Pelouro de Acção Social, José Luís Seixas:

«São estas crianças que representarão quanto pode a força, a vontade e a determinação de uma solidariedade verdadeiramente sentida.

Todas são crianças. Todas têm o mesmo direito a ser crianças.

Contamos, pois, com o apoio da comunidade para que, em estreita colaboração com todas as instituições e entidades dedicadas à deficiência, possamos prosseguir este caminho, certos, como estamos, que OS SORRISOS DESTAS CRIANÇAS MERECEM O MELHOR DO NOSSO ESFORÇO.»

(*assistente social da ADFA/Sede)

ADFA NA...

3.ª Feira Internacional de Artesanato

Tal como noticiado no último ELO, teve lugar de 6 a 15 deste mês, na FIL, a 3.ª Feira Internacional de Artesanato e onde a ADFA, mais uma vez, esteve representada.

Entre 180 expositores nacionais, divididos ao longo de quatro corredores, o pavilhão da ADFA, ocupando três módulos, destacava ao centro a maquete da nova Sede, bem rodeada de uma agradável mostra da cerâmica dos cursos de formação profissional, desde a azulejaria à loiça vidrada, passando pelos bonecos mais típicos e tradicionais aos mais modernos, espontâneos e caricaturais,

não esquecendo a nobre volumetria de grandes jarrões e potes. Com assistência permanente de pessoal do DFP, incluindo formandos (alguns dos quais trabalhando no local em modelação e pintura), muitas foram as pessoas que se detiveram a observar, a perguntar e a comprar no nosso stand, tendo sido distribuídos largas dezenas de panfletos, calendários e ELOs.

Entre várias entidades que visitaram este espaço ADFA, devemos destacar, o dia de abertura, o Secretário de Estado Bágão Félix, acompanhado por elementos dos seus Gabinetes e responsáveis do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, uma das entidades patrocinadoras do certame.

Audiência com o Secretário de Estado da Defesa Nacional

Na Secretaria de Estado da Defesa Nacional, no dia 13 do corrente, foi recebida pelo respectivo titular uma delegação da ADFA, composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1.º e 2.º Secretários da Direcção Central, respectivamente José Arruda, Guedes da Fonte, Patuleia Mendes e Artur Vilares.

Foi feita, na primeira audiência com o dr. Eugénio Ramos, após a realização da 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, já fora do calor da sua vivência, tendo-lhe sido oferecida cópia do documento que compila as respectivas conclusões e a medalha comemorativa de tal evento, oportunamente mandada gravar pela nossa Associação.

Foi por todos enaltecido, ADFA e Secretaria de Estado, a validade e importância, para os antigos combatentes, para a associação e a política nacional de cooperação, da concretização daquela conferência, tendo no momento sido facultado àquele membro do Governo o Protocolo celebrado entre a ADFA e a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional que equaciona os diversos campos de cooperação que já vinham sendo manifestados por aquela associação moçambicana. Indicou o dr. Eugénio Ramos a vontade de colaboração do M. D. N. em tal matéria, tão senível e acarinhada por Portugal, tendo salientado a disponibilidade da área da cooperação daquele Ministério, a funcionar na «Divisão da Política de Defesa», conjuntamente com o respectivo Serviço dos Negócios Estrangeiros e da ADFA, para implementar e concretizar acções que de imediato levem a efeito a satisfação das necessidades já expressas, aliás antecipando-se ao desejo de articulação que não chegara a ser exposto pela nossa Associação.

Foram enumerados seguidamente pela D. C. as actividades próximas da Associação, a nível externo, que se orientam para uma visita a Moçambique, a convite da respectiva associação de combatentes, em companhia do Secretário Geral da FMAC, a realizar em Setembro, para a reunião do Conselho Geral da FMAC, prevista para Novembro do corrente ano, em Bangkok, e a possível realização em Portugal, organizada pela ADFA, da 14.ª reunião da «Co-

missão Permanente para os Assuntos Europeus» desta Federação, em Abril do ano próximo.

Evidenciada ao Secretário de Estado, dentro do espírito da cooperação, a importância de que se revestia a inclusão de um elemento do Ministério da Defesa Nacional na delegação portuguesa que, acompanhando o Secretário Geral da FMAC, se deslocará a Moçambique, foi tal ideia recebida com agrado, tal como foi manifestado o apoio, por parte da Secretaria de Estado à deslocação da ADFA ao Conselho Geral da FMAC, a decorrer em Bangkok e onde serão formalmente apresentados os pedidos de adesão, àquela organização, por parte das Associações de Combatentes de Angola e Moçambique, e à realização, em Lisboa, da 14.ª Conferência da CPAE que reunirá mais de 20 países europeus, com a presença, pela primeira vez, como membro de pleno direito, dos antigos combatentes da URSS e como utentes do estatuto de observadores, e possíveis futuros membros, dos antigos combatentes dos restantes países do Leste Europeu.

Foi expressa seguidamente, por parte da ADFA, a satisfação de ver publicado no Diário da República, datado de 10 do corrente, o Decreto-Lei que altera a redacção do artigo 6.º do DL 43/76 e que introduz profundas e justas alterações aos prazos de que os DFAs dispõem para requerimento de **Juntas Médicas Militares** que avaliem, por constante agravamento, as suas deficiências adquiridas em e ao serviço da Pátria, aliás em sequência lógica do anunciado pelo Primeiro-Ministro na mensagem que dirigiu à Sessão de Encerramento da 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

O Secretário de Estado-Adjunto do Ministro da Defesa Nacional salientou, por outro lado, a sua insatisfação pelo facto de não se terem reunido há mais tempo condições para a aprovação e publicação de legislação que faça justiça e reconheça os legítimos direitos dos «grandes deficientes em serviço», tendo anunciado encontrar-se em fase de ultimização a recolha de pareceres para que o respectivo projecto de Decreto-Lei seja apresentado ao ministro da Defesa Nacional.

Alertou-se seguida-

mente a sensibilidade do dr. Eugénio Ramos para as situações pontuais, que à ADFA têm surgido, de **antigos combatentes que serviram as Forças Armadas portuguesas**, residentes designadamente em Moçambique e que não optaram pela nacionalidade portuguesa, já que a legislação lhes reconhece única e simplesmente o direito a assistência médico-medicamentosa e protésica e os indivíduos nestas condições se deslocam, ao nosso país, em mais que precária situação económica para fazer face ao seu alojamento e alimentação. O nosso interlocutor salientou a necessidade premente e urgente de se equacionar este problema dentro do próprio campo da cooperação que passará pela «Divisão da Política de Defesa» e do Ministério dos Negócios Estrangeiros para que a sua estadia em Portugal seja rápida, funcional e digna, tendo garantido à D. C., dentro da grande abertura e verticalidade que se lhe reconhece, e com carácter de absoluta excepção, o seu empenho pessoal no apoio a prestar a dois cidadãos moçambicanos que, nesta situação invulgar e assumida por seu único e próprio risco, se encontram entre nós.

Foi apresentada verbalmente ao secretário de Estado, embora com acompanhamento documental, a perspectiva da ADFA em relação ao critério de **desmajorações e majorações** aplicadas às pensões dos DFAs pela Caixa Geral de Aposentações. Indicou-se que a leitura que fazemos dos artigos 9.º e 12.º do DL 43/76 de 20 de Janeiro conjugados com o artigo 20.º do DL 57/90 de 14 de Fevereiro, que determinam a percepção, pelos DFAs, do vencimento ílquido nos militares no activo de igual posto, salientando-se que aqueles que se deficientaram ao serviço da Pátria têm um estatuto específico e próprio que não os pode englobar no quadro geral dos aposentados da Função Pública.

Avançou-se, seguidamente, na sensibilização do dr. Eugénio Ramos para a realidade que se instituiu com o IRS, em que são altamente tributados os deficientes militares portadores de grandes deficiências, com relação àquele imposto e pela respectiva incidência sobre as pensões que lhes são atribuídas pelo Estado em reconhecimento dos danos sofridos em missão que lhes foi exigi-

da pela sociedade portuguesa, verificando-se que o IRS acaba por incidir unicamente sobre as pensões atribuídas a deficientes com alto grau de incapacidade. Foi manifestado o nosso veemente sentir de que não aceitamos pagar impostos pelo direito que assiste aos cegos de utilizarem bengala e aos paraplégicos e tetraplégicos de se locomoverem em cadeira de rodas.

Embora reconhecendo encontrar-se pouco informado, de momento, sobre esta matéria, aquele governante garantiu ir aprofundar o seu conheci-



mento em relação às questões apresentadas, a fim de se poder constituir, se necessário, perante as instituições públicas e o Poder, em elemento de pressão para que se decida superiormente, com critério de justiça e equidade em ambos os temas.

Nomeados os representantes do Ministério da Defesa Nacional, coronel Vilalobos e da ADFA, Guedes da Fonte, que conjuntamente com o Director do **Lar Militar** constituem a Comissão Técnica deste estabelecimento, consignada e instituída em despacho do próprio secretário de Estado da Defesa Nacional, foi-lhe realçada a premência e urgência do início das suas reuniões a fim de que se possam começar os trabalhos de equacionamento e implementação duma nova política mais adequada e racional para um aproveitamento mais eficaz e eficiente de todas as áreas e valências da reabilitação, para as quais já tem instalações e estruturas aquele modelar edifício.

A explanação que lhe foi feita do estado de andamento, considerado correcto dentro dos prazos previstos para a concretização da primeira fase de edificação da nova Sede da ADFA, o Secretário de Estado demonstrou encontrar-se perfeitamente informado acerca das obras, em face do

«dossier» oportunamente apresentado sobre o trabalho efectuado nos três primeiros meses da construção e que o protocolo celebrado entre a ADFA, os Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social exigia, elogiando a forma correcta e elucidativa como aquele relatório foi elaborado. Indicou-se ao Secretário de Estado, dentro da **campanha de angariação de fundos**, que a ADFA tinha mandado proceder à cunhagem de três mil medalhas com base em dois motivos diferentes que assentam

na fase de construção, que se prevê a breve prazo ser posta a concurso.

Indicando o evoluir dos trabalhos da respectiva Comissão, manifestou vivo interesse o Secretário da Defesa Nacional pela sensibilidade da ADFA em pretender coligar toda a **legislação que concerne aos deficientes militares** e que viria a consubstanciar num documento único toda uma vasta panóplia de situações actualmente reconhecidas em legislação avulsa e de difícil entendimento, dada a sua dispersão e datas muito diversificadas de publicação.

A Direcção Central comunicou, finalmente, ao dr. Eugénio Ramos o seu veemente desejo de o ver dentro dos próximos meses, e a proposta da ADFA, numa reunião do **Conselho Nacional de Reabilitação do SNR**, a fim de que o Secretário de Estado da Defesa Nacional manifeste junto daquele órgão, a par de uma actividade sensibilizadora a levar a efeito pela nossa Associação, o quem tem sido o trabalho efectuado pelo respectivo Ministério, em prol dos deficientes militares, dentro da nova política social, incrementado e promovendo a aprovação de legislação, com base em projectos credíveis, corentes e participados pela ADFA, como «Organização Não Governamental» intransigente e vertical, sem se constituir em antipoder, na defesa, única e simplesmente, dos direitos sociais dos deficientes militares.

A representação da ADFA questionou finalmente o Secretário de Estado acerca da demora de implementação da **Direcção de Pessoal e de Infra-estruturas do MDM**, órgão onde será enquadrado o serviço específico para o equacionamento dos problemas dos deficientes das Forças Armadas. O dr. Eugénio Ramos tranquilizou os presentes, informando-os da muito próxima tomada de posse do Director-Geral que superintenderá aquele departamento, garantindo o rápido andamento e fornecimento de meios ao gabinete que se constituirá em charneira entre os problemas a apresentar pela ADFA e o MDM.

Sensível e apreciador de tais factos, o dr. Eugénio Ramos comunicou, na impossibilidade legal de se obter a respectiva isenção, que o Governo, em intervenção conjunta dos Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e da Segurança Social, garantirá o pagamento do IVA, a suportar com relação à construção do edifício que constituirá a futura Sede da ADFA.

Comunicou a Direcção Central, a finalizar este tema, que se encontra em adiantado estudo de avaliação de custos, a segun-

ÚLTIMA HORA

Concluído por parte do Ministério da Defesa Nacional o projecto de decreto-lei sobre os «grandes deficientes» militares, aguarda-se a breve trecho a sua apreciação em Conselho de Ministros.

a sócios, elaboração de projectos vários e concretização de acções diversas. Socorrendo-se então de vídeo e de projecção de mapas, o director do Centro de Reabilitação apresentou alguns dados estatísticos que não cabem neste documento, mas que permitiram várias conclusões, entre as quais a necessidade de coordenar todos os cursos e as características dos próprios formandos com as realidades do mercado de trabalho, assim como se aprendeu que formação de pequena duração não habilita correctamente as pessoas, passando-se a apostar em cursos mais longos, logo mais completos e competitivos.

A informação sobre a actividade da ADFA neste sector foi completada pela análise do trabalho do Departamento de Formação Profissional da Sede, feita pelo respectivo responsável, dr. Sarmiento Coelho.

Em última intervenção de fundo, falaria o dr. António Charana, presidente da Mesa, que após traçar um quadro geral da acção e âmbito do Instituto do Emprego e Formação Profissional — I.E.F.P., analisaria todas as declarações, que considerou muito correctas e realistas, feitas pelas várias delegações e apresentaria uma perspectiva pessoal do que pensava poder ser concretizado a curto espaço, alertando para a definição de prioridades, para a racionalização e optimização dos meios disponíveis e considerando que dado que ninguém tem que «ensinar» ninguém, não se devem importar modelos que nem sempre servem e são adequados.

A terminar, apoiaria, com grande satisfação, a ideia de «formação de formadores com efeitos multiplicadores», método tão caro ao IEFP que já o utiliza e está apto a apoiá-lo junto dos interessados.

«Vocês conseguiram a grande vitória que foi nos dizer que sabem o que têm, que conhecem as vossas capacidades e que estão a tentar encontrar os caminhos mais certos, porque a filosofia de intervenção tem que ter em atenção as condições e as práticas nacionais.»

E vocês estão alertados para isso e estão a tê-lo em conta: o diagnóstico da situação, a racionalização de recursos e, importante, não criar respostas complexas nem complicadas. As melhores soluções são as mais simples. E sobretudo as integradas, sem segregação. Nós cometemos muitos erros, gostaríamos que vocês não os cometessem.»

Audi

Na Secretaria de Estado da Defesa Nacional, no dia 13 do corrente, foi recebida pelo respectivo titular uma delegação da ADFA, composta pelo Presidente, Vice-Presidente, 1.º e 2.º Secretários da Direcção Central, respectivamente José Arruda, Guedes da Fonte, Patuleia Mendes e Artur Vilares.

Foi feita, na primeira audiência com o dr. Eugénio Ramos, após a realização da 1.ª Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, já fora do calor da sua vivência, tendo-lhe sido oferecida cópia do documento que compila as respectivas conclusões e a medalha comemorativa de tal evento, oportunamente mandada gravar pela nossa Associação.

Foi por todos enaltecido, ADFA e Secretaria de Estado, a validade e importância, para os antigos combatentes, para a associação e a política nacional de cooperação, da concretização daquela conferência, tendo no momento sido facultado àquele membro do Governo o Protocolo celebrado entre a ADFA e a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional que equaciona os diversos campos de cooperação que já vinham sendo manifestados por aquela associação moçambicana. Indicou o dr. Eugénio Ramos a vontade de colaboração do M. D. N. em tal matéria, tão senível e acarinhada por Portugal, tendo salientado a disponibilidade da área da cooperação daquele Ministério, a funcionar na «Divisão da Política de Defesa», conjuntamente com o respectivo Serviço dos Negócios Estrangeiros e da ADFA, para implementar e concretizar acções que de imediato levem a efeito a satisfação das necessidades já expressas, aliás antecipando-se ao desejo de articulação que não chegara a ser exposto pela nossa Associação.

Foram enumerados seguidamente pela D. C. as actividades próximas da Associação, a nível externo, que se orientam para uma visita a Moçambique, a convite da respectiva associação de combatentes, em companhia do Secretário Geral da FMAC, a realizar em Setembro, para a reunião do Conselho Geral da FMAC, prevista para Novembro do corrente ano, em Bangkok, e a possível realização em Portugal, organizada pela ADFA, da 14.ª reunião da «Co-

DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES

COIMBRA

Conforme resumo já incluído no ELO de Junho, grande tem sido a actividade da Delegação e da sua Direcção, de que são testemunho as notícias que nos chegaram e que se transcrevem com enorme gosto.

No prosseguimento das suas actividades no exterior, a Delegação esteve presente nas mais variadas organizações de carácter social, cultural e desportiva, algumas das quais a merecer destaque da Comunicação Social.

Rádios locais apoiam a ADFA

A ADFA fez ouvir a sua voz através de entrevistas em directo na *Rádio Província de Anadia* e *Rádio Bairrada de Mira*. A Rádio Bairrada noticiou a par e passo um trabalho realizado pelo sector de Dinamização Cultural e Desporto que incidiu fundamentalmente no acompanhamento de um dia normal de trabalho do associado, 1850, Manuel Duarte Silva. Em entrevista enviada para publicação, no ELO, se dão mais pormenores sobre este assunto. Foi um dia em que a ADFA foi continuamente falada em toda uma vasta zona, sendo a responsabilidade do programa radiofónico do jornalista António Veríssimo. Ainda falando de intervenções radiofónicas, a já citada Rádio Província fez um programa directamente da delegação de Coimbra da ADFA, em que interveio o presidente da Direcção e responsável pelo sector de Relações Externas, José Maia, que depois de ter falado dos mais variados aspectos que lhe fo-

Ação e apoio social a associados contam com o interesse de várias entidades oficiais e particulares

Os contactos permanentes com a *Câmara Municipal de Coimbra* levaram a que se conseguisse para a Delegação uma técnica de serviço social que está ao serviço da ADFA às segundas e sextas-feiras das 10 às 12 horas.

A referida técnica, dr.^a Isabel, pertence aos quadros da Divisão de Acção Social da C. M. C. e já iniciou as suas funções com um trabalho de estatística começando pelos sócios do Concelho de Coimbra.

Os associados da ADFA/Coimbra têm assim, à sua disposição, uma técnica que os poderá ajudar e aconselhar em muitas situações de carácter social e outras.

A nível administrativo deu também a Delegação um importante passo para um melhor e mais rápido atendimento dos sócios, já que foi aprovado o projecto apresentado ao *Instituto de Emprego e Formação Profissional* no qual se solicitava uma trabalhadora ATD, o que foi conseguido.

No âmbito do projecto da Delegação, traçado pela actual Direcção, de acompanhar situações de associados com problemas que ultrapassam as meras questões relacionadas com as pensões, o Presidente da Direcção acompanhado da técnica de serviço social deslocou-se à *Penitenciária de Coimbra* onde se mantiveram contactos com o Director daquele estabe-

da na Sessão de Abertura das III Jornadas de Reabilitação realizadas na *Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*, em Coimbra, pelos Presidentes da Direcção Central, José Aruda e da Delegação de Coimbra, José Maia e pelo sócio, Parker, os quais falaram sobre as perspectivas de reabilitação do deficiente em Portugal, tendo-lhe sido oferecido diplomas de presença.

Dos contactos mantidos com o serviço de apoio a estudantes universitários, assegurou-se um trabalho no nosso associado Briote, deficiente motor com 100% de incapacidade.

Desporto e lazer

No campo desportivo, de lazer e tempos livres, a Delegação, depois dos contactos com a *DGD e Casa Municipal do Desporto da C. M. C.*, conseguiu a formação de uma *secção de caminheiros*, cujo calendário será conhecido em Setembro.

Continuamos à espera que os associados nos contactem para que a ADFA tenha um espaço de utilização nas *piscinas municipais de Coimbra*.

No âmbito das realizações do *Projecto Distrito*, a ADFA organizou o *III Concurso de Pesca Desportiva de Rio*, no Choupalinho, em Coimbra, no dia 7 de Julho, reservado só a deficientes com mais de 14 anos.

Quanto à pesca de competição, a época já se iniciou. Nos campeonatos individuais da II Divisão Nacional os atletas José Baptista e António Gaspar começaram da melhor maneira, estando o António Gaspar com grandes hipóteses de passar à I Divisão Nacional. Também nos campeonatos regionais individuais de destacar o comportamento de todos os atletas, sendo de realçar a prestação do pescador Carlos Antunes já com dois primeiros lugares.

Com quatro provas disputadas, divididas por Coimbra e por Formosela, terminou o *Campeonato Regional de Clubes da I Divisão*.

Depois de ter conquistado o Campeonato da II Divisão da última época, a equipa da ADFA teve uma estreia auspiciosa na I Divisão, terminando em *2.º lugar*, apenas batida nos últimos momentos pela forte equipa da *Académica de Coimbra*, sagrando-se assim vice-campeã.

No dia 28 de Outubro próximo irá realizar-se o *Grande Concurso Nacional de Pesca Desportiva da ADFA/Coimbra*, prova aberta a pescadores e

clubes federados. No sentido de custear as despesas está em formação um livro de publicidade que poderá ser subscrito por todas as empresas que se mostrem interessadas. Aos associados estabelecidos deixamos o convite para que anunciem no livro da ADFA que será distribuído por todo o País.

Inquérito, quotas e outros

Brevemente irá ser enviado a todos os sócios inscritos na Delegação de Coimbra um inquérito que depois de preenchido deverá ser devolvido aos serviços da ADFA. Este será o primeiro passo para que se desenvolva um serviço de efectivo apoio aos associados, saber das suas necessidades e opiniões sobre a ADFA. Este trabalho é da responsabilidade da Secção de Apoio Social da ADFA/Coimbra, liderado pela técnica de serviço social, dr.^a Isabel.

Da responsabilidade da Direcção irá, igualmente, ser enviado aos sócios um ofício alertando para a necessidade do pagamento das quotas. Só com o cumprimento deste elemento poderá a Delegação fazer face às despesas, tendo em vista uma cada vez mais profíqua ajuda a todos os associados. Apenas 56 por cento dos inscritos na Delegação têm as quotas em dia.

Estão programadas ainda para este período reuniões com os Presidentes das Câmaras de Condeixa e Cantanhede, Director do Hospital Militar e Comandante da PSP de Coimbra.

PONTA DELGADA

Comemorações do 10 de Junho

Integrada nas comemorações do dia 10 de Junho, *Dia de Portugal e das Comunidades*, o Mi-



nistro da República nos Açores ofereceu na residência oficial, Solar da Madre de Deus, em Angra do Heroísmo, uma recepção a diversas entidades cívicas, militares e religiosas, entre as quais se contou a Delegação da ADFA.

Na ocasião o general Rocha Vieira teve oportunidade de se inteirar da mais recente actividade da Associação, em conversa com o Presidente da DD, Jaime Leite Domingues, tendo-se mostrado bastante interessado não



só pelas questões da Delegação como também pela ADFA a nível nacional.

16.º aniversário da ADFA

No dia 17 de Junho a Delegação promoveu, no âmbito do 16.º aniversário da ADFA, um concurso de pesca aberto a todos os associados e seus familiares, seguido de um almoço de confraternização.

A concentração dos participantes e acompanhantes foi na Sede, pelas 7 e 30, seguindo-se em caravana automóvel para a Freguesia de Feteiras, lugar de realização da prova, a qual, iniciada pelas 9 horas e terminada cerca das 13, teve a seguinte classificação:

- 1.º, António Pereira de Medeiros;
- 2.º, António Gaspar de Carvalho;
- 3.º, Gilberto de Sousa;
- 4.º, Pedro José Alves;
- 5.º, José Maria Soares;
- 6.º, António Amaral; e
- 7.º, Ricardo Leite Domingues.

Pelas 13 e 30 seguiu-se para a Freguesia de Santa Bárbara, no norte da ilha, tendo ao almoço, no restaurante típico Cavalinho Branco, sido servidos diversos pratos regionais dos prémios do concurso,

...em terras do Tio Sam

Como talvez se recordem, no ELO de Março foi referida a deslocação aos EUA de uma delegação da ADFA/Açores, tendo-se informado, na

notícia, que «...ELO reserva-se para Abril um maior desenvolvimento do assunto, até como texto de apoio à I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau...», o que realmente não sucedeu por várias razões, entre elas a falta de espaço. No entanto, ainda não é possível aproveitar este «Suplemento», como se queria, por manifesta falta de espaço.

PORTO

Jogos do Atlântico

No âmbito dos *II Jogos do Atlântico* promovidos pela *Câmara Municipal de Matosinhos*, a ADFA deu a sua participação em duas modalidades: futebol de 5 e basquetebol em cadeiras de rodas.

Mais uma vez os nossos atletas mostraram dedicação e espírito de alto desportivismo, representando a ADFA em moldes que é digno realçar!

- no torneio de futebol de 5, a nossa equipa foi apurada para a final, que disputou com o Centro de Gaia da APPCDM, obtendo um honroso 2.º lugar;
- no torneio de basquetebol a nossa equipa ganhou dois jogos disputados com as equipas da APD e da Água Azul.

Revisão Estatutária

Tratando-se de matéria de extrema importância para o futuro da ADFA, entende esta delegação e a MAGN que o contributo de todos os sócios é indispensável para levar a cabo uma revisão estatutária com a dimensão que a ADFA exige.

Assim, comunica-se a todos os sócios que:

- a) a reunião mensal de órgãos da delegação, no mês de Setembro, terá lugar,



ram colocados pelo jornalista, respondeu a perguntas de ouvintes. Durante todo o dia, a Rádio Província fez da ADFA um dos seus estúdios, tendo-se falado de assuntos tão importantes como, legislação da nova Sede, desporto para deficientes, Projecto Distrito e I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

lecimento prisional e com os responsáveis de acção social, tendo em vista o apoio a três reclusos, deficientes militares, dois deles sócios da ADFA. Esta visita veio no seguimento de duas outras que tinham sido feitas pelos Presidentes da Assembleia Geral e da Direcção, respectivamente, dr. José Guerra e José Maia.

No dia, 4 de Junho a ADFA esteve representa-

DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES • DELEGAÇÕES

→ excepcionalmente, dia 15 (sábado);

b) na tarde desse mesmo dia (15 de Setembro), será debatida a revisão estatutária, podendo os sócios interessados em participar no debate, obter na secretaria uma cópia do primeiro «Projecto de Estatutos» apresentado por um grupo de associados.

Convívio de sócios em Paredes

Vai realizar-se no dia 8 de Setembro do corrente ano um convívio de sócios, o qual terá o seguinte programa:

— 10H00: jogo de fute-

bol no campo do Rebor-dosa Atlético Clube, entre sócios da área e sócios do Porto.

Poderão participar neste jogo filhos de sócios.

13H00: almoço num restaurante a indicar oportunamente e destinado a sócios e familiares.

No final deste almoço haverá animação recreativa.

O convívio destina-se especialmente aos sócios dos Concelhos de Paredes, Paços de Ferreira, Penafiel, Lousada e Valongo, estando no entanto aberto a sócios de outras zonas.

As inscrições deverão ser feitas por escrito ou telefonicamente através do número 820744.

Passeio ao Algarve

A Delegação organiza, nos dias 5, 6 e 7 de Outubro, um passeio ao Algarve com estada em Vila-moura e deslocação a Vila Real de Santo António e Ponta de Sagres.

Aceitam-se reservas com confirmação até ao dia 8 de Setembro.

Preços: por adulto com viagem e domicílio: 7000\$00

criança até 4 anos: 4000\$00

criança dos 4 até aos 12 anos: 6250\$00

Contacte os serviços da Delegação por escrito ou telefonicamente através do n.º 820744

FÉRIAS dos serviços

BRAGANÇA

A delegação estará encerrada, por férias do seu funcionário, de 6 a 30 de Agosto.

CASTELO BRANCO

A fim de que, pela 4.ª vez em 16 anos de serviço, o trabalhador da Delegação possa gozar as suas férias, a mesma estará encerrada durante o mês de Agosto.

FARO

Encontrando-se encerrados os diversos serviços durante o mês de Agosto, podem os associados, em caso de maior urgência ou gravidade, telefonar, aos sábados de manhã (eventualmente também nos dias úteis), para o respectivo funcionário (tel. 22 954), o qual se deslocará a Faro para resolver os problemas surgidos.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Encontra-se encerrada de 1 a 30 de Agosto

LISBOA/SEDE

Embora já informado em «Agenda», relembra-se que todos os serviços da sede, com excepção do Departamento de Formação Profissional, estarão a funcionar em Agosto, embora com redução de pessoal.

AUTOMÓVEIS CITRÖEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
2 CV	677 913\$00	866 049\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	824 799\$00	1 095 949\$00
AX 10 TRE 5 PORTAS	961 551\$00	1 255 949\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	862 664\$00	1 211 149\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	909 673\$00	1 266 949\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	948 134\$00	1 311 949\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	999 416\$00	1 371 949\$00
AX 14 TZS 3 PORTAS	972 482\$00	1 496 949\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	1 028 039\$00	1 561 948\$00
AX GT 3 PORTAS	1 122 056\$00	1 671 948\$00
AX GT 5 PORTAS	1 181 986\$00	1 741 949\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 179 088\$00	1 681 919\$00
BX 11P1	1 174 630\$00	1 576 949\$00
BX 11P2	1 210 617\$00	1 619 054\$00
BX 14 RE P1	1 301 544\$00	1 881 949\$00
DIESEL		
AX 14 RD 5P	1 113 375\$00	1 662 142\$00
AX 14 D (ENTERPRISE)	1 090 469\$00	1 282 178\$00

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GT 1.4 3P	1 197 500\$00	1 807 078\$00
SW 1.0S 3P	883 700\$00	1 195 911\$00
SW 1.2ST 2P	961 500\$00	1 384 889\$00
SW 1.2ST 4P	1 015 400\$00	1 447 952\$00
SW 1.2ST 3P	947 800\$00	1 368 860\$00
SW 1.2ST 5P	994 000\$00	1 422 914\$00
GL 1.2ST 3P	1 006 000\$00	1 436 954\$00
GL 1.2ST 4P	1 054 700\$00	1 493 933\$00
GL 1.2ST 3P Super	1 057 200\$00	1 496 858\$00
GL 1.2ST 4P Super	1 105 900\$00	1 553 837\$00
GL 1.2ST 5P Super	1 088 800\$00	1 533 830\$00
MODELO CORSA DIESEL		
SW 1.5D 4P	1 234 800\$00	1 935 854\$00
SW 1.5D 5P	1 227 100\$00	1 926 845\$00
GT 1.5TD 3P Turbo	1 482 000\$00	2 225 078\$00
MODELO KADETT		
LS 1.2SC 3P	1 199 700\$00	1 663 583\$00
LS 1.2SC 5P	1 251 290\$00	1 723 944\$00
LS 1.4NC 3P	1 279 350\$00	1 902 843\$00
LS 1.4NC 4P	1 353 670\$00	1 989 797\$00
LS 1.4NC 5P	1 340 570\$00	1 974 470\$00
GL 1.4NC 3P	1 352 650\$00	1 988 604\$00
GL 1.4NC 4P	1 433 330\$00	2 082 999\$00
GL 1.4NC 5P	1 407 020\$00	2 052 216\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
PANDA 750 CL	831 978\$00	1 073 470\$00
UNO 45-3P	913 858\$00	1 219 170\$00
UNO 45S-3P	984 157\$00	1 307 240\$00
UNO 45S-5P	1 054 798\$00	1 384 070\$00
UNO 60S-3P	1 018 469\$00	1 394 870\$00
UNO 60S. T. A.	1 066 332\$00	1 450 870\$00
UNO 60S-5P	1 081 888\$00	1 469 070\$00
UNO 60 SX	1 158 982\$00	1 559 270\$00
UNO 60 SX (T.A.)	1 206 845\$00	1 615 270\$00
UNO 60S CTX	1 183 143\$00	1 591 470\$00
UNO 70SX	1 240 185\$00	1 828 970\$00
UNO TURBO I. E.	1 523 518\$00	2 160 470\$00
TIPO 1.1	1 262 401\$00	1 680 270\$00
TIPO 1.4	1 284 031\$00	1 880 270\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 561 125\$00	2 204 470\$00
UNO D3P	1 142 626\$00	1 654 094\$00
UNO D5P	1 255 447\$00	1 786 095\$00
UNO TDS 5P	1 498 219\$00	2 126 895\$00
TIPO 1.7DS	1 425 900\$00	2 457 895\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN E AUDI

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.3 4 P	1 337 166\$00	1 841 973\$00
GOLF CL 1.3+4 P	1 616 101\$00	2 168 327\$00
GOLF CLD 1.6 4 P	1 790 314\$00	2 819 270\$00
GOLF CLTD+1.6 4 P	2 271 825\$00	3 382 640\$00
JETTA CL 1.3	1 343 685\$00	1 849 600\$00
JETTA CLD 1.6	1 878 400\$00	2 922 332\$00
JETTA CLTD+1.6	2 249 969\$00	3 357 068\$00
PASSAT CLTD+1.6	2 785 310\$00	3 983 417\$00
PASSAT VAR CLTD+1.6	3 024 495\$00	4 263 264\$00
AUDI 80 TD 1.6	3 102 760\$00	4 354 834\$00

— A opção por pintura metalizada, varia entre os 12 000\$00 e 52 000\$00, conforme o modelo.

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para as marcas Citroën e Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 678.



SETÚBAL

Sardinhada

Constituiu manifesta prova de dinâmica e participação associativas o convívio levado a efeito pela delegação no dia 14 de Julho corrente, ocasião que irmanou em são companheirismo associados de Setúbal e de Lisboa, trabalhadores da delegação e da sede, elementos dos órgãos sociais regionais, encabeçados pelo Presidente da Direcção, José Maria Rosas, e da Direcção Central, a qual respondeu à chamada através das figuras dos seus presidente e 1.º se-

cretário, respectivamente, José Arruda e Patuleia Mendes.

As sardinhas e febras magistralmente assadas e oferecidas aos presentes pela delegação, que também se esmerou na escolha dos vinhos da região para conveniente complemento, foram motivo para alguns momentos de hilariantes conversas e chalaças e para outros de troca de impressões sobre a actual realidade da nossa Associação.

Com a aparição dos guitarristas Júlio Domingos (Julecas) e João Costa, que aliaram aos seus dotes de executantes a ex-

celente voz tadista deste último, surgiu o desafio aos sócios da ADFA, e familiares, para cantigas e desgarradas que foram vivamente participadas.

Momento de alto significado na nossa convivência, o encontro de 14 de Julho foi uma demonstração concreta da capacidade dinamizadora da ADFA e do inestimável e insubstituível papel das delegações na sua importante missão de congregar e unir os associados.



TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas recentemente remodeladas e modernizadas secções de:

- ENCADERNAÇÃO • FOTOGRAFIA
- IMPRESSÃO • MONTAGEM
- OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

- LIVROS • EMBALAGENS • CARTÕES
- FACTURAS • RECIBOS • GUIAS DE REMESSA • CARTAS • ENVELOPES

Contactar: **Tipografia-Escola ADFA**
(sr. Mário Mendes)
H. M. P. — Anexo Campolide
R. Artilharia Um, n.º 107
1200 LISBOA

☎ 65 35 93

O STRESS DA GUERRA

Reunião de 6 de Julho

«Não sou, não somos, culpados!»

Foi extremamente gratificante para todos os participantes, julgamos poder dizê-lo com verdade, o encontro de carácter social que decorreu na Sede, no dia 6 deste mês, em resposta ao convite que foi endereçado indivi-

Algumas dezenas de pessoas, entre sócios, familiares e amigos, para além dos técnicos e de alguns membros de órgãos sociais da Sede, estiveram reunidos em des- preocupado convívio, trocando impressões e falan-

do DASC e da Direcção Central, respectivamente sócios Jorge Maurício e José Arruda, terem proferido breves palavras sobre o significado não só do trabalho realizado como da própria reunião, o dr. Afonso de Albu-

Referindo depois o início, em 1987, dos primeiros estudos em Portugal, onde existirão cerca de 140 mil casos de ex-combatentes com este tipo de problema (e não 400 mil como foi indicado por lapso no artigo do ELO-JUN), aquele especialista, ao fazer rápida análise dos resultados obtidos com as sessões de trabalho/tratamento, as quais seguem metodologias internacionalmente aceites e reconhecidas e ao indicar, como exemplo, que num dos casos, em 9 participantes 5 tinham melhorado, 3 melhorado muito e apenas 1 se considerava sem alteração, frisou a enorme importância de se manterem contactos alargados e regulares, como o caso do encontro onde se estava, dado não haver possibilidade de continuar, cada um, indefinidamente, em «terapia de grupo».

Entretanto, para além das conversas pessoais, alguns dos presentes não quiseram deixar de prestar público testemunho da sua experiência e das suas melhoras, mas também de avisar para as muitas e grandes questões que permanecem, quer no campo pessoal quer geral, nomeadamente a nível familiar, de emprego e, muito grave, social, com «deficientes» não reconhecidos nem protegidos por legislação adequada, abandonados e até escorçados.

Frases como «a família sofre e diz-me para não me sentir culpado... e não sou!» ou «sinto-me incapaz de dar carinho, apoio à minha mulher, às minhas filhas, que estão arrazadas... e não têm culpa!» a par de «o tempo não se compadece...» e «os do foro psíquico não são deficientes mas na inspecção foram considerados aptos para todo o serviço, física e psicologicamente...» ou «não podemos ficar mais à espera de legislação», ligam-se na procura/acusação de apoios oficiais que deveriam existir, e não exis-

tem (ainda?), se não para tudo curar (porque a memória, dita tantas vezes de curta, não se cura...), pelo menos para ajudar a minorar tantas situações, dado que também por todos foi reconhecido que o benefício, real, que se tira a mais ou menos curto e médio prazo, para já, da «terapia de grupo», em função do comportamento pessoal de cada um, com reflexos claros e positivos no ambiente familiar e profissional, não é, só por si, suficiente nem bastante para os problemas enfrentados.



dualmente, e não apenas através do último «ELO», aos elementos que já passaram pelos diversos grupos de terapia que até hoje decorreram na ADFA, no âmbito do tratamento do *stress da guerra*.

do livremente de problemas e questões que até há bem pouco tempo, como frisou depois um dos presentes, nem lhes passava pela cabeça poderem abordar.

Após os responsáveis

querque relembriaria que apenas em 1980 a questão do «distúrbio pós-traumático de stress da guerra» havia sido assumida, nos próprios EUA, face à grave e complicada situação levantada com e pelos veteranos do Vietname.



E afinal o que é o «stress»?

Palavra para alguns apenas um tanto da «moda», o *stress*, perfeitamente real mas nem sempre palpável, visível ou reconhecido no nosso dia-a-dia, tem sido objecto de variadas análises e estudos, uns mais científicos outros mais especulativos.

De uma forma simplista diremos que ele deriva de descargas anormais de adrenalina na corrente sanguínea as quais, entre outros efeitos, aceleram as pancadas cardíacas, dilatando as paredes das artérias e repercutem-se a nível cerebral. O que provoca essas descargas são reacções a tudo o que nos atinge de forma diferente ou menos rotineira, tudo o que, de algum modo, ameaça ou provoca a «paz» pessoal de cada um.

E se um toque de despertador quando dormi-

mos a sono solto, ou uma buzinação mesmo aos ouvidos quando, distraidamente, atravessamos onde não devemos, a par do medo de uma «chamada» ou de um «teste» na escola e até da ida inesperada ao gabinete do chefe, não nos afectará, normalmente, senão mais do que uns minutos ou mesmo poucas horas, já outros factos poderão determinar alterações mais prolongadas e profundas, criando reacções a longo prazo, moldando formas de estar e ser sem que, muitas vezes, consigamos perceber, ou assumir conscientemente, a causa/efeito.

Como em tantas outras áreas, infelizmente (*) a guerra, ou melhor, os seus desastrosos resultados, levaram a que a ciência tivesse de se debruçar sobre as vítimas, as quais, neste caso, e ironicamente, tanto podem ser os vencidos como os vencedores. Sem afirmar que é dado absoluto, pode di-

zer-se que foi a partir dos grandes problemas havidos com os veteranos norte-americanos do Vietname que se criou uma mais correcta noção do «*stress pós-traumático*», inicialmente ligado apenas ao factor guerra e muito especificamente ao combatente, mas logo pouco depois abrangendo muitas outras situações, principalmente de grande violência, como desastres, calamidades, crimes, violações, fome, etc., e não necessariamente sempre vividas directamente mas tão-só observadas, via TV, por exemplo. Não é pois de estranhar que tenha sido comprovado pelos cientistas, recentemente, que um único momento de terror profundo pode alterar a química do cérebro, tornando o sistema nervoso, as pessoas, mais sensíveis a descargas de adrenalina, mesmo muitos anos depois.

Daí que certas reacções, em outra idade, não possam ser relaciona-

das, pelo menos de imediato, com causas ou factos muito anteriores, determinando comportamentos subconscientes e dificilmente diagnosticáveis e tratáveis, assim como sendo o conhecimento de tais casos, pelo comum das pessoas, apenas de origem em filmes ou livros, sempre tratados/considerados como mera ficção, também não é difícil de entender que eles não sejam normalmente aceites, assumidos e reconhecidos no dia-a-dia, sempre diferente do que «se passa no cinema» e do «...isto é fita!»

Mas se nos dignarmos pensar um pouco, podemos imaginar, é tão actual, que traumas sofrem e vivem os que passam por alguns dos demasiados tremores de terra que tem havido ultimamente, os que presenciam atentados, os que sentem um avião a cair, um comboio a chocar ou um carro a derrapar e virar-se, os que vêm crianças a mor-

rer de fome e de epidemias, mulheres a serem violadas, homens a serem espancados e torturados, etc., etc...

E se todos estes casos em que a pessoa não pode sentir qualquer culpa porque apenas espectadora passiva e sem qualquer poder actuante, poderão levar a profundas alterações de personalidade, a que extremos conduzirão os traumas de guerra, em que qualquer combatente, vivendo não só todas as situações ditas «normais» de conflito armado, como também as «outras», e porque apenas homem, sente tantas vezes um sentimento de culpa pelo menos de cumplicidade, de vergonha, levando à necessidade de calar e de recalcar, criando dolorosas e frias barreiras de silêncios?

Para terminar, e pelo que fica escrito, não se pode dizer que tudo isto é apenas aparência, que não existe se não na cabeça de alguns e que passa

com o tempo, como algumas pessoas gostariam que acontecesse. E este «gostariam» deriva não de boas intenções, mas sim da recusa consciente de aceitarem algo em quietude, talvez, tenham tido responsabilidades...

Na realidade o *stress* existe, sendo o «pós-traumático» o mais grave. Apesar da importante componente fisiológica, em que uma acção medicamentosa pode ter efeitos, a questão psíquica permanece e aí só a psicoterapia poderá actuar. Daí, também, a *extraordinária importância, em especial para os casos de stress de guerra, da terapia de grupo*, em grande parte das vezes, a única possibilidade de obtenção de resultados.

(*) — Infelizmente, porque não deveria ter que ser com base na guerra que a ciência e a técnica, por vezes, tantas vezes, recebem apoios financeiros para avançar...

PONTO DE ENCONTRO

O Ponto de Encontro de hoje ficou marcado desde há um mês quando, no ELO de Junho foi lançado o convite/desafio/ideia dos nossos sócios, e não só para escreverem a contar-se as suas experiências-angústias dos tempos de guerra, num desabafo que não é apenas auto-terapia mas também ajuda para muitos. E assim deve ser considerado, exemplo para outros, este texto de um ex-combatente que deseja manter o anonimato.

«Eu, cobarde, me confesso...

Sexta-feira, uma da tarde. No pátio interior do Palácio da Independência, onde está instalada a A.D.F.A. (Associação dos Deficientes das Forças Armadas), interrogo-nos quem falta. Estão todos. A equipe médica e antigos combatentes das guerras coloniais. Subimos as escadas e, numa sala ampla, dispomo-nos em círculo à volta de uma pequenina mesa, vazia, que faz o centro da circunferência humana. No ar tenso, homens endurcidos esperam o início de mais uma reunião de terapia de grupo.

Pesa o silêncio.

Pesa o silêncio, tal como acontecia nas matas do ultramar antes da «porrada».

O coração, acelerado, dói-me. Transpiro. Tremo, mais por dentro que por fora. O ar seca e parece faltar. A confusão está instalada na minha cabeça. Estou ansioso. Custa-me raciocinar. Angústia.

Estou de novo em África.

Ora fala um, ora fala outro. Alguém começa:

— E... a caminho de Nôqui... uma vez numa emboscada... quantos quilómetros?... tantos mortos!... dois dias, só, perdido no matagal!... apanhámos os restos de carne, ossos e camuflados dos nossos camaradas mortos, caídos numa emboscada, dez minutos antes... e as minas... fui ferido, querem ver?... morreram soldados, furriéis, e um alferes miliciano... e os «turras» atacaram... — («turras»?..., revoltou-me interiormente com tal adjectivação e peço ao grupo para mudar a palavra para «guerrilheiro») — e... a falta de água... às vezes os helicópteros, quan-

do podiam, ajudavam... dois dias sem mantimentos... e as tabancas a arder... o dormir ao relento, ensopados... o cacimbo, não é?!...

Todos os depoimentos, todas as frases, lembranças retiradas, doendo, das recordações carregadas de violência, tristeza, amargura.

— E quando daquele ataque... a coluna de apoio... também lá estive... conheci-o no hospital... faltavam tantos meses!... para sair do desfiladeiro é que foi pior... o que é preciso é não ter nojo e acordar vivo, era o nosso lema... e o paludismo... e...

E... (dou comigo a dizer, interrompendo-os) e o olhar dos negros que nos fitavam à chegada, no cais...

Quando desembarcámos do Vera Cruz, das janelas do comboio, a caminho do Grafanil, vi nos estivadores negros, todos de ganga azul vestidos, todos iguais, olhares cheios de ódios seculares e da firme certeza, aparentemente calma, da vitória que lhes tardava. Nesses olhos, a confirmação da Guerra que já começara dentro de mim em Portugal. A Guerra está ali, real, palpável, densa como um gigante de granito entre mim e um horizonte de bela madrugada, a Paz.

Paz essa que nunca cheguei a encontrar.

Lembro, numa fracção de segundo, o conflito interior que se me tinha posto ao assentar praça em Tavira:

— Se eu estivesse em minha casa, na minha terra, e estranhos, mais bem armados que eu, a ocupassem, me roubassem tudo o que era meu, me violassem a mulher e as filhas, e me transformassem a mim e aos meus filhos em escravos..., eu tinha o direito e o Dever, de pegar no que estivesse à mão para me defender, para os escorraçar.

Eles, os «turras», tinham a razão pelo seu lado. Eu não queria esta guerra, não a aceitava. Fui obrigado a ir matar quem tinha a razão. Se não o fizesse esperava-me a prisão, as torturas, e talvez a morte.

Noutra fracção do mesmo segundo, lembro a cena dos primeiros tiros, já no Norte de Angola, e falo para o grupo: — O jipão da frente havia desaparecido, enco-

berto pelo capim alto, ao fazer uma curva para a esquerda. Ouvimos tiros. Digo ao condutor do jipe para parar e aos soldados da minha secção para irmos a pé restabelecer o contacto com os homens da frente. — Vá o nosso furriel... nós ficamos aqui. — Lembro ser a altura de lhes mostrar não ter medo, de dar o exemplo para lhes ganhar a confiança, para os proteger. Curiosamente, sem medo, ou com ele controlado (havia saído de Portugal com o receio de ter medo em tais circunstâncias), avanço, só, pelo meio da picada, uns bons sessenta a setenta metros. Se tivesse levado um tiro certo, voltaria numa caixa de pinho para casa, como um «herói»...

— NÃO..., não era um herói que voltaria morto, era um cobarde, porque o que vos estou a dizer, agora, aqui, devia ter dito antes de sair de Portugal. Devia ter dito «não» à guerra e não tive coragem para o fazer.

Esta confissão alivia-me, apesar dos horrores que por lá vi e pelo que passei. Consola-me a certeza de não ter morto ninguém. Só dei dois tiros em África, alvejando uma águia real (símbolo do imperialismo) e falhei. Ainda bem que falhei, a águia não tinha culpa de eu ali estar. A culpa era minha. Um dos motivos porque não matei ninguém foi o facto de ter estado só quatro meses no mato, durante os quais nunca tive de disparar para proteger os meus homens, e depois ter sido mandado para o hospital psiquiátrico de Luanda, de onde, dois meses depois, fui evacuado, em estado grave, para o «puto» («puto» era Portugal), onde, em junta médica, fui dado como incapaz por... incapacidade física!... (é o que consta na minha cadermeta militar).

Estamos todos na mesma barca. Cada um tem a sua guerra interior criada por uma guerra comum, a guerra de África. Sofremos do mesmo mal, os sintomas são idênticos em todos nós: pesadelos, insónias, tremuras, falhas de memória, sentimentos de culpa, necessidade de isolamento, fuga às lembranças do passado, alguns casos alcoolismo, irrita-

bilidade, instabilidade, são citados alguns casos de suicídio. Todos, do grupo, estamos doentes, com o mesmo mal, por isso nos encontramos às sextas-feiras. Fala-se do apoio que deveria ser dado ao nosso caso de doença psíquica.

Não somos reconhecidos como «Deficientes das Forças Armadas». Não temos provas palpáveis dos nossos «ferimentos». Na Radiotelevisão Portuguesa passam filmes sobre o Vietname e falam dos resultados psíquicos que marcaram para toda a vida milhares de Norte-Americanos...

E, em Portugal, nada se passou?... Não tivemos guerras em África?...

Se falarmos sobre este ponto, não é propriamente pela pensão, que para alguns seria uma grande ajuda, e para todos uma justiça recebê-la, mas, fundamentalmente, por acharmos necessário o reconhecimento da realidade que é o «Síndrome Pós-traumático do Stress de Guerra».

O soldado desconhecido, de todas as guerras, é também das nossas, anda entre nós hoje em dia ainda vivo, e está esquecido.

Eu fiz uma desintoxicação alcoólica, tive de a pagar. Sinto-me bastante melhor (o homem normal não necessita de álcool em excesso...). O tratamento psiquiátrico tem-me feito bem. Sinto altos e baixos no meu dia-a-dia. Continuo a não conseguir enfrentar o trabalho de que dantes gostava, dar aulas. Do barulho em movimento e agressividade dos jovens, crianças-adolescentes, à gritaria dos intervalos junta-se a irreverência e, às vezes, a crueldade inerentes a essas idades. As minhas falhas de memória dão-me insegurança nas aulas. De momento, só pintar me preenche. Penso que «descarrego» nos quadros a força interior que ainda sinto. Não perdi a criatividade, felizmente. Já fiz, desfiz, voltei a fazer e a desfazer a minha vida sentimental, familiar. Já fiz sofrer muita gente. Já sofri também muito.

Sei que irei morrer com as cicatrizes dos ferimentos psíquicos que ando a tratar, ainda a doer. Esta guerra, a minha, interior, acompanhar-me-á até à morte. Mas



sinto, também, apoio e compreensão neste grupo. Faz-me sofrer a sexta-feira. No entanto, talvez não resolvendo totalmente o problema, este torna-se mais claro e, por isso, mais fácil de enfrentar.

Sextas-feiras de silêncios, de aves com asas quebradas.

Sextas-feiras com homens que chegam a chorar, sem que com isso deixem de ser homens. Dias em que doentes procuram melhoras e onde, à uma da tarde, há um encontro em cada um de nós consigo próprio na amarga verdade dos destroços de uma guerra.

Curioso e estranho, quase todos gostariam de voltar a África. Talvez à procura do que lá deixaram...

Acabou por hoje a terapia. Lá fora espera-nos de novo outro mundo, o mundo do dia-a-dia da multidão anónima que nos esquece mas onde existem tantos casos iguais e ainda piores que os nossos.

Saio baralhadamente só, acompanhado pela solidão tristemente calada de tantos homens que como eu sofrem, pelos mesmos motivos.

Sexta-feira que vem, cá me voltarei a encontrar, à uma da tarde, cá à volta de uma mesa raquítica e vazia...

Vazia não, cheia de compreensão e apoio.

Ela lá está à nossa espera, repleta de esperanças.

Tem que estar, porque nós queremos...

A TODOS que se sentem perseguidos pelo drama duma guerra passada mas tão presente;

a TODOS quantos o dia-a-dia constitui uma outra realidade bem amarga;

a TODOS,

a ADFA poderá constituir uma alternativa que vos ajudará a redescobrir a luz para continuarem a percorrer o trilho da vida.

Esperamos que nos contactem para o nosso «Serviço de Psicologia» e que nos permitam, a nós e a todos vós, o partilhar dos vossos «Episódios da Guerra», que poderão ser publicados, anonimamente se preferirem, na rubrica «PONTO DE ENCONTRO».

A morada é: dr.^a Paula Frazão, Serviço de Psicologia da A. D. F. A., Largo de S. Domingos, 1194 LISBOA Codex.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

WISEU

SEGUNDAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
TERÇAS:	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa	14.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
QUARTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
QUINTAS:	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
SEXTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
SÁBADOS:	Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues	9.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos	9.00 H.

SEDE

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas.
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas.
PSICOLOGIA — «Stress de guerra» Dr. ^a Paula Frazão	Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.
ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL Dr. ^a Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.
SERVIÇO SOCIAL Assistente social: Gracinda Benedito	Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h. Terças e Quintas-feiras, 9.30/12.30 h.

As consultas de sábado efectuaem-se na própria Delegação obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.

- As consultas efectuaem-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luís Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

NOVOS CAMINHOS

NOTICIÁRIO E APONTAMENTOS VÁRIOS

«Novos Horizontes»

O programa «Novos Horizontes» da RTP emitiu no seu II Canal no passado dia 22, a primeira parte do trabalho que realizou dedicado à I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, prevendo-se para 29 do mesmo mês de Julho a transmissão da respectiva segunda e última parte.

O primeiro programa já teledifundido destacou os actos solenes da I Conferência e as respectivas sessões de trabalho, tendo o seu início privilegiado, e bem, a cerimónia de homenagem aos mortos que tombaram por parte dos quatro países intervenientes na guerra colonial, de onde foi realçada ao som do Hino Nacional a incorporação da Bandeira Portuguesa na força militar composta por uma Companhia de Corpo de Tropas Paraquedistas que prestou Guarda de Honra. A sensibilidade do realizador aproveitou os momentos de silêncio que tão profundo sentimento de dignidade e recolhimento deram àquele acto.

Passados em reportagem a Sessão de Abertura dos trabalhos, foram destacadas as palavras mais significativas proferidas pelos principais representantes das quatro delegações à Conferência, José Arruda, Presidente da Direcção Central e Chefe da delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, coronel Dinis Moianef, que dirigia a delegação da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional da Liberdade da Pátria da Guiné-Bissau e coronel Filipe Monimambo

que chefiava a delegação da Associação de Combatentes de Angola, terminando a memorização daquele acontecimento com um largo extracto da intervenção do Chefe de Estado, dr. Mário Soares, que presidiu àquela sessão e à Comissão de Honra.

Feita seguidamente uma rápida passagem pelas diversas sessões de trabalho que tiveram lugar, tal como a Sessão de Abertura, nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, finalizou aquele espaço televisivo com os momentos mais importantes da Sessão de Encerramento, salientando a transmissão, na língua, das «Conclusões» a que chegaram as delegações durante a realização dos trabalhos, lidas pelo Presidente da MAGN, Reis Santos e das palavras que pessoalmente não quis deixar de dirigir aos congressistas o Ministro do Emprego e da Segurança Social, dr. Silva Peneda que, de seguida, em nome do Primeiro-Ministro, fez leitura de uma mensagem especialmente dirigida e destinada àquele momento por parte do Chefe do Governo.

Essa primeira parte divulgada do programa revela, num espaço de 20 minutos, de forma correcta, a filosofia abrangente e os critérios de dignidade e seriedade postos por todas as delegações presentes naquela Conferência de alto interesse para os combatentes, os deficientes e até os poderes políticos dos quatro países, aguardando nós que tal como divulgado na parte final do espaço já dedicado à I Conferência, divulgue com objectividade os momentos de convívio e sociais onde não deixou de

se produzir intenso trabalho.

Aproveita-se para divulgar que é do gravado pela equipa que produziu este programa «Novos Horizontes» que sairá o trabalho vídeo encomendado pela ADFA e que recordará os momentos mais significativos daquele importante evento, alertando-se os interessados que em próximo número do ELO será divulgado a forma de obtenção de cópias da gravação, para os que quiserem ficar com um documento que perpetue os diversos passos daquela significativa realização.

«The wall»

E já que a programas de televisão nos referimos, não podemos deixar de ressaltar o concerto que a RTP, no seu I Canal, transmitiu em directo da Praça de Potsdam, em Berlim, ali bem junto ao muro caído e em que Roger Watters, acompanhado por um largo número de amigos onde se encontravam alguns dos melhores vocalistas e instrumentistas rock da actualidade, nos mimosearam com uma soberba interpretação do álbum produzido pelo próprio Roger Watters em 1979, quando ainda integrava o agrupamento Pink-Floyd e que recebeu o nome de «The Wall» (que para os mais esquecidos do seu inglês, se recorda, significa «O Muro»).

Como é lógico não pretendemos somente referir-nos àquele espectáculo em face da sua qualidade visual e musical, mas também destacar que aproveitando o local onde se encontra implantado o muro de Berlim, Roger Watters leva a efeito um concerto cerca de 200 mil

espectadores e difundido para mais de 40 cadeias televisivas com uma audiência calculada num bilião de televidentes para divulgar a campanha de angariação de fundos para uma Fundação criada no propósito da ajuda directa e diminuição das graves consequências que para as suas vítimas acarretam as guerras e as grandes catástrofes. Sendo esta atitude de alto significado, reveladora de um desejo de incremento de um grande movimento mundial de solidariedade para com as vítimas dos conflitos armados, forma física e directa de contribuir para a resolução de problemas politicamente equacionados e divulgados pela FMAC, a ADFA e o ELO não podiam ficar indiferentes a este chamamento.

Roger Watters, cidadão inglês, durante grande parte da sua vida vocalista, violonista e compositor dos Pink-Floyd, sempre evidenciou em composições suas, quer quando integrava aquele agrupamento quer em trabalhos posteriores a solo, as profundas marcas que lhe ficaram de ser, em tenríssima idade, órfão de pai morto em combate na 2.ª Guerra Mundial ao serviço das Forças Armadas britânicas, fenómeno comum a uma geração nascida imediatamente antes do início daquele conflito e durante o período em que o mesmo se registou nos países que mais nele directamente se viram envolvidos, foram as suas marcas transcritas para os livros e pautas pelos inconformados escritores e músicos que lançaram o grito da sua revolta já na década de 60.

Tratando-se de um movi-

mento de solidariedade supra-nacional, que com o aglutinar e congregar de esforços pretende apoiar as vítimas da guerra e minorar os efeitos desta, constituindo-se em apelo veemente à Paz e Amizade entre todos os homens, o ELO não podia deixar de divulgar tais objectivos pondo-se à disposição dos associados, e de mais interessados que queiram contribuir com donativos para esta feliz iniciativa, fornecendo logo que pedida toda a informação indispensável.

Embora saibamos que o caso não é exactamente igual ao nosso, não podemos deixar de dar aqui testemunho, até como informação de apoio, e como havíamos prometido, do papel relevante e oficialmente reconhecido que nos Estados Unidos é dada à «Agência para os Veteranos», departamento dependente dos serviços governamentais e que presta a mais variada assistência não só aos ex-combatentes do Vietname mas também aos das I e II Grandes Guerras, do conflito da Coreia, e, possivelmente, também já aos de Cuba, Granada e Nicarágua, como ainda aos familiares dos que morreram ou se deficientaram na guerra hispano-americana de Abril de 1898.

«VA» — uma sigla exemplo que nos vem dos EUA

Conforme a indicação recolhida e fornecida pela delegação da ADFA que esteve «em terras do Tio Sam»

em fins do ano passado (ver ELO/Março 90), por todo o território dos EUA se espalham escritórios de apoio a todos estes veteranos, havendo hospitais e consultas próprias, para além de uma enorme lista de benefícios que vão desde empréstimos a direito de reemprego, subsídio de desemprego e assistência na procura de emprego, a seguros e educação, tendo-se em muita atenção o acompanhamento dos casos mais difíceis assim como os de maior dificuldade em reinserção social e os que se relacionam com alcoolismo e droga, bem como os de stress pós-traumático, realizando-se todo um trabalho paralelo junto da família, amigos e sociedade em geral, para o que muito contribui a existência de «Centros de Veteranos».

Pois, apesar de tudo isto, ainda no ano passado rebentou acesa polémica devido a uma tentativa de corte nas verbas destinadas a este sector, o que levou, por exemplo, um membro da Câmara dos Representantes a afirmar que «não iremos tolerar medidas que condicionem as ajudas a homens e mulheres que serviram na defesa do país».

Nota da Redacção:

Em última hora houve que alterar a maquetagem do jornal devido a ter que se terminar a reportagem sobre a I Conferência de Antigos Combatentes, o que obrigou a colocar nesta última página alguns textos que se pensava poderem ficar no respectivo Suplemento.

ELO CULTURAL

MAXIMAFILIA (2)

Por A. Cabral Rego ★

Definição

A maximafilia é uma das especialidades filatélicas e a sua finalidade é coleccionar postais máximos. Este é uma peça filatélica constituída por três elementos: o selo, o postal ilustrado e a obliteração postal.

Estes três elementos do P.M., tendo o selo sido colado sobre a face ilustrada de um postal e obliterado (inutilizado) por uma marca dos C.T.T., devem apresentar entre si o máximo de concordância satisfazendo determinadas condições que estão definidas internacionalmente. O seu nome está consagrado pelo uso desde 1930.

Características

O selo deve ser novo e ter poder de franquia à data da realização do P.M. e estar em perfeito estado de conservação. Os selos pré-obliterados,

para encomendas postais, de serviço, porteados, de beneficiência e as vinhetas não podem ser utilizados, bem como aqueles que figurem na lista dos interditos pela Federação Internacional de Filatelia. Os selos de serviço, mas vendidos ao público como os das Nações Unidas, Unesco, Conselho da Europa, etc., bem como os com sobretaxas podem ser usados. Mas atenção, o selo deve ser colado do lado da ilustração do postal.

A obliteração deve ser efectuada com uma marca postal que indique qual a repartição postal que procedeu à inutilização do selo, bem como a data e a localidade. Esta inutilização deve ser legível e aplicada, sempre que possível, integralmente sobre a face ilustrada do postal apanhando o menos possível o selo e nunca inutilizando a taxa ou fran-

quia. Tem aparecido alguns postais provenientes de Moçambique cuja obliteração só menciona «Moçambique» faltando-lhe o nome da localidade onde o selo foi obliterado. Não é postal máximo.

No postal máximo só deverá figurar um único selo; havendo várias taxas com o mesmo desenho, deverá ser usada a taxa mais elevada. Os P.M. realizados antes de 1974, e tendo dois ou mais selos da mesma série são válidos, pois esta regra só foi adoptada no Simposium Internacional de Maximafilia realizado em Bucareste naquele ano.

A obliteração deverá apresentar dupla concordância com o selo apostado no postal:

— de lugar: o nome da localidade onde é aposta deve ter relação directa com o motivo do selo e, por consequência, com o do postal;

— de tempo: a data da obliteração deve estar compreendida dentro do

período durante o qual o selo tem poder de franquia, isto é, entre o primeiro dia de circulação ou de emissão e o da sua retirada.

Nalguns países o selo tem validade toda a vida e em outros, como Portugal, os selos vão perdendo validade e de vez em quando saem circulares retirando algumas emissões de uso.

Em próximo artigo escreveremos sobre o postal suporte e as concordâncias.

Para ilustração deste artigo para o «ELO», nada melhor do que a reprodução de P.M. realizado com o selo de taxa de 25 francos belgas, da série diminuídos físicos, com obliteração, ilustrada muito explícita, 1.000 Bruxelles — 17-03-90.

Como gostaríamos de ver em Portugal imagens semelhantes a esta, bem demonstrativas da vitalidade dos paraplégicos.

Estou a lembrar-me de um que mantivemos bas-

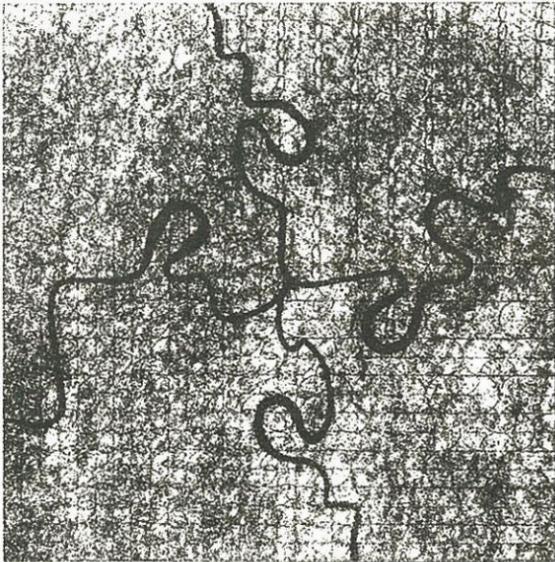


tante tempo, com licença da Junta de Saúde, para ter tempo de adaptar a viatura a comandos manuais e para que a Junta de Freguesia lhe modificasse a entrada da residência, sempre sorridente, confiante e querendo

continuar a ser útil, activo e a trabalhar. Que belo exemplo e força de vontade.

O diminuído físico não precisa de compaixão, mas compreensão.

★ Presidente da Associação Portuguesa de Maximafilia



LISBOA, 19 A 24 DE MAIO DE 1990



SUPLEMENTO

ANO XVI — N.º 190

JULHO 1990

I CONFERÊNCIA DE ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU

«Diário das sessões de trabalho» — II

Termina com o Suplemento deste número de ELO o relato das sessões de trabalho e de toda a I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, tendo-se pretendido, como dito anteriormente, que ele fosse apenas descritivo e não analítico, a fim de poder servir como documento de apoio e de trabalho para as várias Delegações. Por isso, também, tal como em Junho se fez com o apontamento sobre o «Protocolo» entre a ADFA e a ACLLN, se dão outras notícias e informações que pela sua importância e actualidade se enquadram no espírito do encontro.

★

E podemos já dizer aos sócios e leitores, para além de todos os eventuais interessados que conforme sugerido por entidades oficiais e particulares, se irá lançar, previsivelmente em Outubro, um livro de 80 páginas, a cores, em jeito de «crónica» da Conferência, focando todos os seus momentos mais altos e significativos, já que, e não é demais reconhecê-lo, o que se passou é um marco histórico não só a nível nacional como internacional, no começo da década que vai ser, esperamos e queremos, a concretização de sonhos de todas as últimas gerações, nos campos da PAZ e COOPERAÇÃO, o prenúncio de um século XXI em que se veja reconhecida, definitivamente, «a inaniidade da guerra» e também dos pequenos conflitos regionais, terminando-se com a fome, a ignorância, a injustiça, as vítimas, os refugiados e os perseguidos, a droga e a prostituição, a pobreza para além da miséria, a poluição e os atentados ao ambiente, etc, etc, dando tempo ao homem que cada um de nós é para que se reconstrua no HOMEM que todos somos, vivendo a Terra como «Pátria comum».

Porque a tiragem deste livro é limitada, embora subsidiada, poderão ser vendidos alguns exemplares ao preço quase simbólico de 800\$00, pelo que e para o que é necessário que os interessados, em função de se determinar essa mesma tiragem o mais rápido possível, deverão enviar para «OS — Caderno da I Conferência», ADFA — Palácio da Independência, 1194 LISBOA CODEX, o seu pedido de reserva, com respectivo cheque ou vale (passados à Associação), no mais curto prazo de tempo.

Cooperação no âmbito da FMAC

Presidindo a esta Mesa e coordenando os trabalhos, o Secretário-Geral da FMAC, Serge Wourgaft, faria uma pequena introdução ao tema e indicaria a metodologia a seguir, referindo-se depois às Delegações dos quatro países presentes dizendo que se a ADFA já estava filiada, Angola tinha pedido a sua adesão, havendo um «flirt»

com Moçambique e esperando-se um noivado próximo e rápido com a Guiné-Bissau...

O representante da ADFA para esta área, Couceiro Ferreira, falando de imediato e recordando que a entrada da Associação para a Federação se dera em 1982, na Assembleia-Geral de Nice, após se haver reconhecido na enorme identidade de objectivos e princípios entre os que norteavam as duas instituições, especialmente «a manutenção da Paz e da

segurança social, a defesa dos interesses morais e materiais dos antigos combatentes e das vítimas de guerra, o estabelecimento de relações regulares entre organizações nacionais e internacionais, a promoção da cooperação e das relações directas de amizade e compreensão entre os associados e a troca de experiências em todos os domínios que afectam os seus interesses e nomeadamente a troca de informações sobre as suas legislações respectivas», razões e fins que presidiram não só à participação portuguesa na V Conferência Mundial Sobre Legislação (Bad-Ischl/88), e onde Portugal apresentou propostas que foram aí enriquecidas e aprovadas, como também, e muito principalmente, à iniciativa de organizar a própria I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, possibilitando também que o papel internacional da FMAC pudesse ser reforçado pelo contributo e representação de todos os protagonistas da guerra colonial.

Após ainda outras considerações de ordem vária, o delegado português terminaria salientando a faceta da Federação Mundial que se desenvolveu no âmbito da participação das mulheres combatentes e seus familiares, na Comissão das Mulheres já que estas, na sua qualidade de «Mães, esposas e viúvas, sentem também e de modo diferente os problemas que os combatentes acarretam consigo. As sua participação trará seguramente uma maior humanização e um conhecimento mais alargado na procura de soluções para os problemas e na descoberta da via da Paz no Mundo».

Retomando a palavra, o Secretário-Geral da FMAC, fez então uma apresentação mais geral da Federação a qual visa «reunir todos os que conhecem o sofrimento da guerra, quer sejam antigos aliados quer sejam antigos inimigos, para lutar juntos, de uma parte para a Paz e um Mundo conforme a Carta das Nações Unidas e a Carta Universal dos Direitos do Homem, e outra parte para a troca de experiências sobre os sofrimentos havidos durante a guerra e sobre os meios de ultrapassar esses sofrimentos e de melhorar a qualidade de vida dos antigos combatentes e vítimas de guerra», tendo referido a extraordinária importância das associações europeias como fornecedoras de informação, dada a experiência, longa experiência, vinda de todas as guerras que já este século ensanguentaram o continente.

Traçado um panorama geral do sistema de trabalho da FMAC, informou que os contactos a nível de organismos governamentais e instituições internacionais (e que vão desde a ONU e seus departamentos especializados como a OM Saúde, a OI Trabalho, a FAO, a UNESCO, o Comité para os Refugiados, etc., etc.), são feitos pelo próprio Secretário-Geral e pelo Bureau Executivo que para além de darem a conhecer as tomadas de posição respectivas, têm colaboração activa e consultiva em certas áreas e problemas, dando como exemplo a participação na maior parte das reuniões preparatórias do projecto do programa de acção mundial para a readaptação de pessoas deficientes, que foi adoptado pela

Assembleia-Geral da QNU, em 82, em seguida ao Ano Internacional do Deficiente, em 81, tendo contribuído de forma substancial para a criação do documento que, de certa maneira, constitui a Carta Mundial do que há a fazer pelas pessoas deficientes.

No entanto, e com bastante ênfase, reforçaria a ideia de que no plano nacional a acção principal pertence às associações, podendo a FMAC conceder-lhes apoio quer através de reuniões administrativas e/ou técnicas quer em forma de todos os elementos de informação disponíveis, pertencendo, em contrapartida, a essas associações promover, nos seus países, a divulgação da FMAC, das suas linhas de orientação e «recomendações», as quais, para isso, têm de estar elaboradas de tal maneira que, abordando todos os problemas, evitem, pela sua terminologia e equilíbrio consensual, polémicas, acusações e outras reacções do género. Inclui-se a própria FMAC nunca interfere directamente junto do Poder, já que sendo seu interlocutor privilegiado a associação filiada, esta também o deve ser em relação ao respectivo Governo, só havendo contactos directos a pedido expresso e para fins específicos. É evidente que quando de deslocamentos, reuniões e visitas do Secretário-Geral ou de elementos do Bureau Executivo a um qualquer país, é sempre útil e procurada a conversa directa com as mais altas autoridades locais, dando-se-lhe conhecimento pessoal de toda a organização e do seu trabalho a nível mundial.

Falando sobre as estruturas da FMAC, que são

reflexo exacto da «forma de estar» da Federação, já que não comporta grandes bases próprias mas se alicerça na capacidade dos próprios filiados, referiu a existência, para além da Assembleia-Geral, das Comissões Permanentes para os Assuntos da Europa, das Américas, da África e da Ásia/Pacífico, para além da das «Mulheres», as quais, conforme as decisões e directivas gerais, é que terão capacidade para julgar a forma, prioridade e tempo da sua aplicação, em face dos diversos casos e problemas regionais.

Objectivamente, e informando que no continente africano, para além de associações membros na Argélia, no Benin, no Bourkina-Fasso, nos Camarões, no Congo, na Costa do Marfim, no Egipto, no Ghana, na Guiné, no Mali, em Marrocos, no Niger, na Nigéria, no Senegal, na Serra Leoa e no Zaire, na África Oriental não há ainda membros por não haver associações autónomas, o mesmo se passando na África Austral com excepção para Angola (a breve prazo), havendo esperança na Namíbia e na própria África do Sul, Serge Wourgaft esclareceu que um dos objectivos primeiros da Federação na zona, e em particular nos países recentemente independentes ou que conhecem conflitos próximos, é ajudar a criar associações onde as não haja, principalmente, e se houver possibilidades de contactos com Governos, convencê-los da importância dessa criação, transmitindo-lhes depois informações sobre associações existentes que tiveram condições e dificuldades semelhantes, pro-

União de Antigos Combatentes de Portugal

→ curando ainda colocá-las em ligação directa, referindo a lição de que «a nossa experiência mostra que o que é importante não é tanto saber o que é preciso fazer mas sim o que não deve ser feito. Quer dizer, aproveitar os erros que todos cometem para não os voltar a repetir».

Aliás existe, nesse sentido, uma espécie de programa de apoio e acompanhamento que permite as associações europeias ocuparem-se mais particularmente de algumas suas congéneres africanas, especialmente no respeitante a projectos sociais em que estejam inseridos antigos combatentes, mas incrementando-se tal acção sempre no mais completo respeito pelos planos de desenvolvimento nacionais.

Terminando por referir-se a um dos campos mais problemáticos do auxílio da FMAC, o financeiro, já que esta não tem recursos próprios, o Secretário-Geral informou que a sua acção é a de procurar, através de contactos próprios ou através de associações membros, encontrar junto de Governos, Fundações e outros organismos, apoios e ajudas, reconhecendo, no entanto, que uma das grandes dificuldades nesse campo é a exigência de projectos bem delineados e bem estruturados, para além de precisos, o que nem sempre é de fácil consecução para os países em desenvolvimento.

Entrando-se, seguidamente, num período bastante animado de perguntas e respostas cujo fulcro foi fundamentalmente os processos de adesão já iniciados ou a serem formulados quando estiverem reunidas as condições exigidas, sendo o mais tardio o da Guiné-Bissau, único que ainda possui associação autónoma embora espere que muito em breve se possa proceder a essa criação, constatou-se que o pedido formal de Angola será mesmo já em Bangkok, podendo o mesmo acontecer com Moçambique se os documentos em falta forem entregues em tempo, não deixando Bissau de poder assistir aos trabalhos, o que fará, com certeza e pelo menos, na reunião da Comissão Permanente Africana, em Dezembro, em Marrocos.

Teve ainda o Secretário-Geral de esclarecer os conferencistas, já que Angola apresentou, a questão de possuir uma específica «Organização

da Mulher Angolana» — OMA, que englobando ex-combatentes e vítimas-deficientes de guerra as protege directamente, que a «Comissão Permanente das Mulheres» da FMAC nasceu exactamente porque, ao contrário do exemplo apresentado, na maior parte dos países o elemento feminino não tinha os seus direitos e interesses assegurados, dado que os exércitos convencionais da I e da II Guerras Mundiais eram compostos, na sua grande parte, por homens, os quais viriam a formar as suas associações, não querendo dizer a existência desta especial comissão que no seio da FMAC exista uma linha política separada no que respeita às mulheres e aos seus problemas, já que todas as directivas adoptadas são conjuntas e da própria Federação, porque todas as propostas e perspectivas são apresentadas às reuniões gerais pelas associações e não pelas Comissões. Quanto à questão da representatividade, essa depende do sistema interno da ou das associações membros existentes em cada país.

Porque assunto Fundamental, ainda que sempre desagradável, não se deixou de falar de dinheiro. Quanto a quotas, os montantes são variáveis e calculados em função do PNB (Produto Nacional Bruto) de cada país, havendo actualmente 4 categorias, estando, em geral, a África na 4.ª, a menos onerosa, com um pagamento de cerca de 8000 FF/ano, havendo ainda a possibilidade de casos particulares de maiores dificuldades serem analisados de persi e ano a ano. Para além disso, no que respeita à viagem e estadias aquando de encontros internacionais, e cujas despesas decorrem por inteiro por conta das associações, também a FMAC pode tentar persuadir os Governos que é necessário ajudar nessas deslocações, que não são para fazer turismo nem para estar simplesmente presente, sendo úteis e benéficas quer no plano de orientação geral que deriva da possibilidade de cada país dar a conhecer o seu ponto de vista, a sua experiência e as suas dificuldades, quer nos contactos e trocas de impressões que conduzem, em muitos casos, a realizações práticas de interesse nacional. Só que se sabe que muitos dos próprios Governos têm dificuldades...

Ao enunciar os três órgãos da FMAC, *Assembleia-Geral*, com reuniões de 3 em 3 anos, que define programas de orientação e elege o Bureau Executivo (Presidente, Secretário-Geral e os 4 Vice-Presidentes regionais) e a Comissão de Controle Financeiro; Conselho-Geral, que reúne entre e com as Assembleias-Gerais, com periodicidade de 18 meses e que, entre outras funções, pronuncia as admissões (a confirmarem-se na AG seguinte) e o Bureau Executivo que se encarrega de dar forma e continuidade a todo o trabalho dos outros órgãos, ao dizer que «*construir um Mundo conforme os princípios da Carta das Nações Unidas e dos Direitos do Homem e trabalhar pela Paz pode-se imaginar que não é tarefa particularmente fácil*», embora a existência de três grandes pilares nessa construção que são designados «os 3 D» — Desarmamento, Desenvolvimento e Direitos do Homem —, Serge Wourgaft não quis deixar de realçar que outra das grandes preocupações, não só da Federação como de todas as entidades responsáveis, qualquer que seja o nível de desenvolvimento dos respectivos países, é o ambiente, havendo neste sector uma grande actividade federativa, não sendo de descurar a questão fundamental da (re) adaptação de legislação em matéria de acessibilidade do «ambiente edificado», já que não sendo muitas vezes possível a modificação de edifícios não acessíveis a deficientes, isso não custará nada na fase de concepção. Só que, e chamou a atenção para o caso da entrada do hotel, recente, onde as delegações se encontravam instaladas, com uma agradável zona de descanso com sofás e uma fonte, mas sobrelevada e com acesso por dois ou três degraus de mármore, «*mesmo quando há leis, os arquitectos consideram que elas são unicamente destinadas a impedi-los de exercer a sua liberdade artística*», diria com graça... e verdade. E ao acrescentar que «*... isto é em todos os lados, e também para os transportes, não sendo somente importante porque um deficiente deve ter uma casa onde se pode acomodar e viver, mas também é preciso que ele possa visitar os seus amigos, ir ao cinema, ir a locais de diversão, etc...* É um problema social importante...», informou que terá lugar no Brasil, em 1992 (não será

muito tarde?), uma grande conferência das Nações Unidas que se subordinará ao tema «O ambiente e o desenvolvimento», numa perspectiva de que se o subdesenvolvimento pode provir de atentados ao ambiente, também ele próprio, em ciclo vicioso, cria os seus atentados àquele, como é o caso flagrante da Amazônia.

A terminar esta primeira parte da sessão, o Secretário-Geral esclareceria que a Federação, para além de um boletim de informação, «Liaison», enviado periodicamente às associações membros com um resumo de todos os trabalhos e actividades, não possui qualquer outra publicação, dado que as experiências feitas não tinham sido concluídas, a não ser no sentido de se ter a consciência que não foi conseguido resolver a questão própria de «informação/comunicação», o que leva a que a FMAC sendo bastante conhecida e muito apreciada ao mais alto nível internacional (ONU e CEE, por exemplo), não o é junto a países e entidades privadas. E, sublinhou, se há excepções, Portugal é uma delas pois a ADFA, através dos seus meios próprios, nomeadamente o ELO, fala bastante dela, destacando os seus objectivos e a sua acção.

A segunda parte desta sessão de trabalho seria iniciada pela Presidente da «Comissão Permanente das Mulheres», June Willenz, a qual depois de recordar que ela não é um corpo autónomo ou independente, mas sim uma infra-estrutura, formalizada apenas em 1985 mas nascida em 1980 graças à imaginação e largueza de vistas dos responsáveis da FMAC e do reconhecimento então feito de que as mulheres tinham desempenhado importantes papéis durante e depois da guerra. No entanto, seria talvez só depois de uma conferência em 1986, em Bellagio (?), que a verdadeira dimensão do drama da mulher em tempo de conflito seria assumido já que, e a questão podia pôr-se na própria sala onde nesse momento decorria a sessão de trabalho, não haverá praticamente nenhuma mulher, em teatro de violência, que não seja, de uma ou outra forma, até de várias ao mesmo tempo, afectada. São, para além das combatentes (e são hoje, por exemplo, 10% dos efectivos das Forças Armadas dos EUA) e dos

elementos de guerrilha e de movimentos de libertação, as que estão em prisões e campos de concentração não só por acções directas mas também por serem familiares ou terem relacionamento com participantes em conflitos, as esposas, as viúvas, as Mães, as filhas e órfãs, as mulheres de deficientes civis e militares, não esquecendo ainda as vítimas de circunstâncias indirectas, como sejam as sujeitas a abusos sexuais, a trabalhos forçados e a população refugiada (de que 2/3 dos 14 milhões são mulheres e crianças...), assim como as feridas, doentes e inválidas em resultado directo de todas essas várias formas de devastação, de fúria e de condições de vida.

«*Estes grupos representam as mulheres que foram afectadas... e que têm que ser reintegradas, têm que ser acarinhas, ajudadas e ter pensões tal como os homens. E temos a consciência de que para além de sabermos quais as suas necessidades, tem que haver mecanismos, instituições e legislação que tratem destas questões próprias das mulheres que pelo seu papel específico na sociedade, pela sua fisiologia requerem, muitas vezes, soluções diferentes. O que pode ser bom para o homem pode não ser apropriado para a mulher. E é assim parte do trabalho próprio da Comissão Permanente focar a posição da mulher durante e após os conflitos, tentar identificar quais as necessidades específicas, que problemas e que barreiras enfrentam, que tipo de soluções podem ser procuradas, que ajuda pode aliviar a situação, a reintegração.*

Só para vos dar um exemplo, quantas vezes o impacto psicológico de se ser uma mulher deficiente ou a esposa de um veterano civil deficiente é considerado? E isso é uma das questões que a Comissão Permanente das Mulheres persegue.»

Analisando o ainda bastante curto, pela sua «juventude», trabalho da comissão, June Willenz referiria que constatou, mesmo a nível de Nações Unidas, por exemplo, ser a FMAC talvez a única organização que a tão elevado nível se tem debruçado sobre estes problemas, sendo disso prova o facto de numa ainda recente reunião da «Comissão da ONU para as mulheres militares» para discussão do tema «A posição da mulher numa situação de emergência»,

os elementos participantes identificados pertencerem todos à Federação. Quanto a trabalho e actividade directa, falou das questões levantadas em Bad-Ischl, questionando-se os Governos sobre que benefícios, que pensões, que cuidados de saúde, que assistência financeira e de habitação, em termos de mulheres deficientes, de viúvas e outros pontos, o que, embora tendo deparado com uma enorme falta de informação e resposta, permitiu importante compilação de dados e a formulação de «recomendações» concretas e realistas, em todos esses campos. Aliás, também nas áreas de legislação humanitária interna e internacional, procurando saber que protocolos e que medidas protegem e defendem as mulheres não só em tempo de guerra como em conflitos civis, nomeadamente quanto a não haver abusos sexuais por parte das tropas, nem prostituição forçada ou trabalho escravo, assim como na da legislação social, e aqui, por exemplo, a realidade próxima do «Acto Único Europeu» está a ser analisada, nessas áreas, a responsável da CPM/FMAC acrescentaria que o trabalho a fazer ainda é muito, dado também que em face dos poucos anos de vida e de experiência que esta estrutura tem, ainda se está a descobrir a si própria, tentando definir o seu programa e encontrar os meios próprios para atingir os seus objectivos.

Terminada a intervenção da Presidente da «Comissão Permanente das Mulheres», foi a vez do Vice-Presidente do Congresso Mundial de Cegos de Guerra — IKK, Ray Hasan, fazer a apresentação da organização que representava, tendo começado por, em primeiro lugar, transmitir os votos e cumprimentos do Presidente, dr. Sonntag, a quem era impossível estar presente devido ao facto de, nesta mesma altura, ir haver uma grande recepção em sua honra, na RFA, em celebração dos seus 25 anos à frente da Comissão de Cegos alemã-BDK.

Sobre a pergunta tantas vezes feita do porquê de uma organização separada de cegos de guerra, diria que a razão principal advém, talvez hoje mais do que nunca, de a visão ser o sentido mais importante, já que mais de 90% da informação actual é visual, sendo o maior problema o acesso à palavra

e Portugal, Angola

os elementos participantes identificados pertencerem todos à Federação. Quanto a trabalho e actividade directa, falou das questões levantadas em Bad-Ischl, questionando-se os Governos sobre que benefícios, que pensões, que cuidados de saúde, que assistência financeira e de habitação, em termos de mulheres deficientes, de viúvas e outros pontos, o que, embora tendo deparado com uma enorme falta de informação e resposta, permitiu importante compilação de dados e a formulação de «recomendações» concretas e realistas, em todos esses campos. Aliás, também nas áreas de legislação humanitária interna e internacional, procurando saber que protocolos e que medidas protegem e defendem as mulheres não só em tempo de guerra como em conflitos civis, nomeadamente quanto a não haver abusos sexuais por parte das tropas, nem prostituição forçada ou trabalho escravo, assim como na da legislação social, e aqui, por exemplo, a realidade próxima do «Acto Único Europeu» está a ser analisada, nessas áreas, a responsável da CPM/FMAC acrescentaria que o trabalho a fazer ainda é muito, dado também que em face dos poucos anos de vida e de experiência que esta estrutura tem, ainda se está a descobrir a si própria, tentando definir o seu programa e encontrar os meios próprios para atingir os seus objectivos.

Terminada a intervenção da Presidente da «Comissão Permanente das Mulheres», foi a vez do **Vice-Presidente do Congresso Mundial de Cegos de Guerra — IKK, Ray Hasan**, fazer a apresentação da organização que representava, tendo começado por, em primeiro lugar, transmitir os votos e cumprimentos do Presidente, dr. Sonntag, a quem era impossível estar presente devido ao facto de, nesta mesma altura, ir haver uma grande recepção em sua honra, na RFA, em celebração dos seus 25 anos à frente da Comissão de Cegos alemã-BDK.

Sobre a pergunta tantas vezes feita do porquê de uma organização separada de cegos de guerra, diria que a razão principal advém, talvez hoje mais do que nunca, de a visão ser o sentido mais importante, já que mais de 90% da informação actual é visual, sendo o maior problema o acesso à palavra

escrita, no que resulta uma especificidade muito grande de questões apresentadas e a resolver.

Quanto aos seus objectivos reflectiria que ele, segundo o que lhe haviam explicado logo à chegada a Lisboa sobre o emblema da Conferência, bem se podiam ver aí reflectidos, isto é, partes separadas que se juntam e criam um quadro único de compreensão, tal como acontece em todo este género de organizações. Concretamente, e em primeiro lugar, providenciando foruns abertos, lugares de trocas de ideias e de experiências, pretende-se não só lembrar às pessoas o que é a guerra e quais as suas repercussões, já que sendo a memória curta, as gerações mais novas parecem não querer aprender certas lições dos mais velhos, ao mesmo tempo que se luta por uma limitação de armas e se pressionam Governos para assistir às Nações em desenvolvimento não apenas em relação a vítimas de guerra mas a todas as pessoas cegas, militares ou não.

Em segundo lugar, pretende-se defender os direitos das vítimas de guerra, não só as compensando dos serviços prestados como também mantendo-lhes os padrões de vida, o que nem sempre é fácil, já que os políticos são os que mais depressa tendem a esquecer o passado, deixando as pensões serem absorvidas e ultrapassadas pela inflação, ao mesmo tempo que deve ser melhorada a assistência médica, não esquecendo que a deficiência tende a agravar-se com a idade, e garantindo o pleno emprego, questão de dignidade que torna, por vezes, menos importante a pensão do que o direito de construir uma vida à maneira da vontade de cada um, sendo tantas vezes um cego impedido de trabalhar porque há quem ainda pense e recuse a aceitar que um deficiente pode ter uma profissão a tempo inteiro.

Em terceiro e último lugar, procura-se incentivar visitas e intercâmbios internacionais, uma área de actividade que não está muito explorada e que é de grande importância, podendo ser uma grande ajuda na difícil questão que se põe da ajuda aos países em desenvolvimento, já que a «simplicidade» de injecções de dinheiro não é resposta. Aliás, essa troca de experiências podia ser acompanhada da remessa de material e equipamento próprio que se começa

al, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau

escrita, no que resulta uma especificidade muito grande de questões apresentadas e a resolver.

Quanto aos seus objectivos reflectiria que ele, segundo o que lhe haviam explicado logo à chegada a Lisboa sobre o emblema da Conferência, bem se podiam ver aí reflectidos, isto é, partes separadas que se juntam e criam um quadro único de compreensão, tal como acontece em todo este género de organizações. Concretamente, e em primeiro lugar, providenciando foruns abertos, lugares de trocas de ideias e de experiências, pretende-se não só lembrar às pessoas o que é a guerra e quais as suas repercussões, já que sendo a memória curta, as gerações mais novas parecem não querer aprender certas lições dos mais velhos, ao mesmo tempo que se luta por uma limitação de armas e se pressionam Governos para assistir às Nações em desenvolvimento não apenas em relação a vítimas de guerra mas a todas as pessoas cegas, militares ou não.

Em segundo lugar, pretende-se defender os direitos das vítimas de guerra, não só as compensando dos serviços prestados como também mantendo-lhes os padrões de vida, o que nem sempre é fácil, já que os políticos são os que mais depressa tendem a esquecer o passado, deixando as pensões serem absorvidas e ultrapassadas pela inflação, ao mesmo tempo que deve ser melhorada a assistência médica, não esquecendo que a deficiência tende a agravar-se com a idade, e garantindo o pleno emprego, questão de dignidade que torna, por vezes, menos importante a pensão do que o direito de construir uma vida à maneira da vontade de cada um, sendo tantas vezes um cego impedido de trabalhar porque há quem ainda pense e recuse a aceitar que um deficiente pode ter uma profissão a tempo inteiro.

Em terceiro e último lugar, procura-se incentivar visitas e intercâmbios internacionais, uma área de actividade que não está muito explorada e que é de grande importância, podendo ser uma grande ajuda na difícil questão que se põe da ajuda aos países em desenvolvimento, já que a «simplicidade» de interações de dinheiro não é resposta. Aliás, essa troca de experiências podia ser acompanhada da remessa de material e equipamento próprio que se começa

a tornar supérfluo na Europa, visto que aqui, como é natural, o número de veteranos da II Guerra tem vindo a diminuir substancialmente.

Sobre este último ponto, e ao terminar a sua exposição sobre o IKK, o capitão Ray Hazan informou as delegações africanas de que o dr. Sonntag o havia encarregue de lhes transmitir exactamente uma mensagem de solidariedade e de imediata disposição de apoio do Congresso Mundial.

Falando seguidamente sobre a sua organização do Reino Unido para as mulheres e homens cegos em serviço, denominada St. Dustin's, esclareceu que, embora pareça extraordinário, dada a sua capacidade e dimensão, não recebe qualquer apoio governamental, dependendo inteiramente de fundos privados. Só que é preciso também reconhecer, que as pensões recebidas podem ser consideradas, hoje em dia, como bem generosas.

Fundada em 1915, perto da I Grande Guerra, celebrando, portanto, este ano, o seu 75.º aniversário, providencia treino, reabilitação e bem-estar a todos os cegos em serviço militar, incluindo derivados de acidentes em fábricas de munições ou com correios e estafetas, por exemplo, não sendo necessário que a cegueira tenha sido consequência imediata, bastando que a perda da vista venha a derivar do agravamento de deficiência relacionada com aqueles, no que tem resultado a entrada, para a organização, não só de alguns jovens militares (Nota do ELO: o cap. Ray é vítima de uma carta-armadilha), como também de alguns veteranos da II Guerra que já cegaram mais tarde, o que, face ao desaparecimento dos mais velhos tem mantido, nestes últimos anos, constante o número de membros, entre os quais, ressalve-se, se contam elementos da Commonwealth, para além de cerca de 650 viúvas.

O capitão Hazan prosseguiria a sua descrição de St. Dustin's considerando ser filosofia e procedimento aceites que logo que possível, ainda no próprio hospital, o «novo» deficiente deve ser assistido e acompanhado por um outro mais «velho», no sentido de sentir um maior apoio e compreensão no que vai ser o começo de uma nova forma de vida, a qual, desde o início e graças a esse contacto e ex-

periência, se orientará para uma certa independência, necessária e fundamental.

Quanto a outro tipo de apoios, que vão desde o médico ao profissional, ao de bem-estar e lazer e ao de acompanhamento, para além do habitacional e domiciliário, nada falta e quase tudo é permitido, graças à capacidade económica, quer dos pensionistas quer da instituição.

Finalmente, o vice-presidente do Congresso Mundial de Cegos de Guerra concluiria que «...é muito importante que qualquer tipo de deficiência tenha os seus próprios embaixadores. Penso que ninguém pode falar por eles melhor do que eles próprios. E eles devem tornar o que se considera um «azar» em algo de positivo, mostrando que podem continuar a trabalhar (se possível) e manter uma vida independente. Penso também que é vital, e deve-se ser sempre optimista, que nós, «as vítimas» possamos ensinar «os capazes» que nos rodeiam uma lição: que a Vida vale sempre a pena ser vivida!».

Intervindo depois o Secretário-Geral da FMAC, e após ter procurado saber se St. Dustin's poderia receber cegos de guerra de outros países, incluindo os presentes, com resposta afirmativa, diria que da sua longa experiência lhe vinha a certeza de que as associações de cegos de guerra são das mais dinâmicas entre as de antigos combatentes, tendo inclusive, informado que a IKK tem disponíveis bibliotecas sonoras à disposição de organizações congéneres.

A finalizar esta sessão de trabalho, e o tratamento deste tema, as várias Delegações manifestaram, mais uma vez, o desejo recíproco de apoio e a vontade de integração no movimento mundial de antigos combatentes e vítimas de guerra, quer visto na sua globalidade quer nos sectores específicos de «mulheres» e de «cegos», tendo, para acabar, Serge Wourgaft realçado que a cooperação bilateral entre os países lusófilos e a ADFa podia preparar uma cooperação multilateral no seio da FMAC, ao que José Aruda acrescentaria que pertencendo a Associação não só à Federação como também ao Congresso, não vai ficar parada e vai prestar todo o auxílio possível às «irmãs» de Ango-

la, Moçambique e Guiné-Bissau.

COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA REABILITAÇÃO

Na tarde do dia 22, prolongando-se pela manhã do dia 23, tratou-se do IV e último tema desta Conferência, aquele que sendo talvez mais precisa e técnica, deixou a indicação de que em futuros encontros deste género haverá necessidade de subdividir as sessões, de forma a poder-se obter um trabalho mais profundo e objectivo, se não em todas as áreas em análise, pelo menos em algumas. No entanto, também se compreende que numa primeira reunião, tais métodos de trabalho não tenham sido adoptados, dado até não se saber até que ponto haveria matéria e interesse em apresentá-las, sendo, como foi, a primeira experiência, a ocasião de um melhor conhecimento mútuo, mas onde, e dado o clima desde início instalado, a ânsia de contactos e de trocas de impressões, a disponibilidade para ensinar e para aprender, ultrapassou o que se julgaria não ir passar de mera sessão informativa.

Preside à Mesa a dr.ª Adelaide Cardoso, adjunta do Ministro da Saúde, e coordena os trabalhos o dr. Jerónimo de Sousa, director do Centro de Reabilitação e Formação Profissional da ADFa/Porto, tendo este informado, logo a abrir a sessão, que pelo facto de o debate se dividir por dois dias, se aproveitaria o primeiro para tratar da «reabilitação» em termos médico-funcionais, ficando para o segundo a formação profissional.

Prosseguindo, o responsável do Centro informa então que em Portugal, logo desde 1976 é sentida a falta de uma área de serviços e oficinas ortopédicas que as idas à Alemanha, por várias razões, normalmente de ordem familiar e social, não resolviam, pelo que aparece embora ainda como embrião, um centro oficial que já estava dimensionado não só para a produção de próteses como também preparava as pessoas antes da aplicação e depois da reabilitação.

Considerando-se, apesar de tudo, a limitação do apoio prestado, aceitando-se, melhor, assumindo-se que existe uma tríplice dimensão no conceituado «deficiente», ou

seja, a deficiência propriamente dita, congénita ou adquirida, que se define em termos anatómicos; a incapacidade, como limitação ao exercício das actividades normais e a desvantagem, que são as consequências da incapacidade no campo social, assim como existe, também, uma tripla realidade na «deficiência», envolvendo o indivíduo, a família e o meio, houve de se avançar, corajosa e pioneiramente, para o Centro de Reabilitação, onde todos estes pressupostos são base para trabalho integral e integrado, englobando e interligando as três dimensões e as três realidades, já que todo o trabalho que o não faça, fracassa a mais curto ou médio prazo. É que deficiência não pode ser sinónimo de inadaptação ou de invalidez, devendo ter a reabilitação o sentido de maximizar as capacidades que toda a pessoa tem, fazendo esquecer as incapacidades.

Com a transferência do Centro para os pavilhões provisórios na área da Delegação, a reabilitação pode ser estruturada obedecendo a quatro programas/princípios fundamentais que são: 1 — Avaliação/orientação (com técnicos vários de diferentes áreas); 2 — Reabilitação funcional; 3 — Reabilitação profissional; 4 — Promoção emprego, não sendo descuradas, paralelamente, as preocupações a nível de prevenção, educação-formação geral, no sentido sociocultural, actividade física adaptada e investigação.

Seguiu-se a apresentação de interessante reportagem, em video, sobre as actividades do centro, após o que foi dada a palavra ao director do Centro de Reabilitação Nacional de N. Sr.ª dos Anjos, dr. Arsénio Sequeira, que, em breves palavras, explicou o que é e como funciona o seu estabelecimento, voltado, fundamentalmente, para a «construção» de projectos organizados através de vários níveis, dos quais os mais importantes são o da avaliação e intervenção específicas (levantamento das competências/capacidades do reabilitado), o da participação na formação técnica (apoiando técnicos em estágios, i.e., repetindo o já citado em outras ocasiões, «fornecer a cana em vez do peixe...»), o da promoção de projectos de apoio contínuo (manutenção da actualização técnica), o de estudo (procurando saber, permanentemente,

como estão a ser respondidas as necessidades a nível de reabilitação, permitindo planear e/ou alterar) e encontros periódicos (com todos os que pelo País continuam o trabalho iniciado).

À laia de informação às Delegações africanas no sentido de permitir a estas analisarem melhor o que se fez e o que se faz, talvez podendo servir para comparação com as respectivas realidades, o coordenador esclareceu que muitos dos actuais, e alguns muito bons, técnicos paramédicos foram formados, dada a urgência da circunstância, na «bancada», só tendo aparecido recentemente, a nível de Ministério, Escolas Técnicas dos Serviços de Saúde que pressupõem já outras condições, como o 11.º ano e cursos de 3 anos com estágio prático incluído. No entanto, e consciente das realidades e necessidades existentes, o Centro de Reabilitação da ADFa organiza cursos de 1 ano com teoria prática nas próprias instalações, cujo reconhecimento vai permitir estágio de formação de pessoal para Macau e, espera-se, para os Açores. Entretanto, no campo ortoprotésico, a nível de Escola de Saúde, só em Alcoitão e com os pressupostos já indicados.

Intervindo depois o delegado de Angola, dr. Diavita, traçou um panorama geral do que se passa no seu país, apenas aquele que tem o maior número de minas de toda a África Austral, encontrando-se entre as suas maiores vítimas, quase diárias, as mulheres que vão à «lavra» (e 80 por cento da população é camponesa). O problema é tão grave que mesmo obtida a Paz, os feridos continuarão a aparecer, não sendo fácil criar um projecto completamente eficaz para neutralizar tais campos, havendo aqueles engenhos que, isolados e espalhados, agora ou daqui a anos, cumprirão sempre a sua nefasta e dolorosa missão.

Depois, e tão importante em complementariedade, pelas circunstâncias conhecidas, a então «Província» não dispunha de estruturas próprias, tendo-se assistido após a independência, ao exodo maciço de quadros básicos, médios e superiores, e não só nesta área, claro, pelo que...

Mas trabalha-se, havendo um Plano Nacional de Reabilitação Física que está integrado, direc-

→ tamente, na Direcção Nacional de Saúde Pública, conjuntamente com o programa de Cuidados Primários de Saúde, prevenindo-se que logo que haja financiamento, possa ser reequipado o Centro de Medicina Física e de Reabilitação, começado a construir-se em 72, mas não terminado.

Na procura de medidas urgentes e eficazes optou-se, provisoriamente, pela produção e colocação de próteses uniformizadas, a nível nacional, para obviar, como acontecia ao princípio e dada a extensão do país, encontram-se peças e modelos diferentes conforme a área, tendo-se, também, e embora se pretenda ir mais longe, utilizado 35 por cento de matéria local nesse fabrico, com o que se já apoiaram para cima de doze mil militares e civis. Dada essa mesma dimensão territorial, está em projecto de lançamento uma outra iniciativa que é a da «formação de reparadores de próteses», os quais, terminados os cursos e estágios, sendo eles próprios deficientes, recebido o seu certificado, regressam às suas zonas ou àquelas onde haja maior concentração de deficientes e aí instalam, ao lado do hospital ou do centro de saúde local, uma pequena oficina de reparação. Paralelamente, estuda-se o que se chama «reabilitação da comunidade», isto é, a identificação precoce da deficiência através da educação dos pais, da família e da restante sociedade envolvente, preparando-a para reconhecer, aceitar e acompanhar o deficiente. No entanto, e novamente voltam a por-se as duas grandes dificuldades, falta de financiamentos e de técnicos médios e superiores que, embora minimizadas pelos auxílios dos Comitês Intenacional, e holandês; da Cruz Vermelha e da CEE e pela capacidade própria de fabrico de 350 modelos/mês, nos cinco Centros existentes, continuam a deixar agravar-se a situação, de que é exemplo típico a existência de apenas dois terapeutas ocupacionais de todo o País.

Em relação à Guiné-Bissau, diria a dr.^a Eugénia Saldanha que a situação não será tão grave, já que a população é menor e a guerra terminou mesmo, tendo sido possível, com o apoio de um Centro financiado e construído pela Holanda, em 1981, em reforço do serviço que, logo após a independência, havia sido instalado no Hospital Militar, manter uma capacidade de resposta compatível com as necessidades, 150 próteses e 170 ortóteses por ano, embora aparelhos não articulados, o que leva a que

sejam só, praticamente, utilizados os dos membros inferiores, por necessários nas deslocamentos, havendo, agora, apenas dificuldades com sapatos e meias envoltivas.

Remediada e ultrapassada esta fase inicial, reconhece-se que é preciso passar para além do simples tratamento clínico para adaptação de próteses, procurando ir-se promover todo o ciclo de reabilitação, para o que se levantam dificuldades várias quer materiais (o auxílio holandês terminou em 1986 não tendo havido a preocupação de se criarem infra-estruturas que permanecessem), quer pessoais, já que quem trabalha nas oficinas é pessoal ex-combatente, deficiente ou não, que recebeu formação em diferentes países, havendo agora necessidade de reciclagem para actualização e adaptação de novas técnicas.

Em relação a MOÇAMBIQUE, Rock Chooly admitiria estar-se apenas numa fase embrionária, procurando-se agora tentar organizar um Centro de Reabilitação Física com o apoio de países nórdicos, embora já existam, em Maputo, Beira e Nampula, serviços de reabilitação para os casos possíveis de atendimento local, ainda com o auxílio da Cruz Vermelha Internacional, sendo os mais difíceis canalizados para o exterior (Leste Europeu). Quanto ao caso específico dos deficientes militares é o próprio Ministério da Defesa que se encarrega da reabilitação e integração, em colaboração com aqueles países.

Dada a complexidade, melhor, a diversidade das áreas em que se movimenta a reabilitação, entrou-se numa fase mais intensa de perguntas e respostas, de troca de informações e pedidos de esclarecimentos em que se envolveram praticamente todas as delegações e técnicos presentes, ficando assim bem vinculada a necessidade de, urgentemente, se avançar para uma cooperação alargada e eficaz havendo, pelos vistos, capacidade de resposta, principalmente por parte de Portugal, quer através da ADFa e do seu Centro de Reabilitação, quer através do Centro de Reabilitação Nacional de N. Sr.^a dos Anjos (cujo director se pôs imediatamente à disposição para mais informação e apoio) e de outras entidades nacionais, já que as grandes organizações internacionais, tão solicitadas, exigem projectos documentados quase irrealistas, tais os requisitos em face ao tipo de necessidades e realidades, respondendo por vezes com o envio de técnicos que mal conhecem o país e muitos me-

nos os seus usos e a língua, criando-se barreiras e dificuldades que neutralizam ou diminuem os benefícios pretendidos.

Intervindo, a finalizar os trabalhos, fazendo uma análise da sua experiência, o Secretário-Geral da FMAC, mostrando compreender inteiramente a situação, contaria uma história que não podemos deixar de repetir porque, sendo caricatural, traduz o que se passa e o que certas pessoas pensam que é a «cooperação»: num certo país, havendo vacas mas não aparecendo vitelos, os técnicos mandaram ir de Inglaterra um magnífico e afamado touro. Só que passado o tempo suficiente, nada de crias... Interrogado o animal, este mostrou-se muito admirado com a questão, já que julgava que estava ali apenas na função de perito consultor!

Falando já a sério, e para terminar, Serge Wourgaft reconheceu as dificuldades que se levantam neste campo de ajudas internacionais, não só pelas exigências burocráticas e documentais, como também pela barreira da comunicação e da língua, para além da opção, tanta vezes posta, entre a formação de quadros no exterior (e o perigo de ficar sem eles depois, já que África é hoje o maior exportador de cérebros...) e no próprio país, o que é preferível mas nem todas as entidades patrocinadoras aceitam, acrescentando que para além do que a FMAC possa fazer, a ADFa, se apoiada e ligada a entidades oficiais e particulares, é quem está na melhor posição de servir de interlocutor directo. Dia 23.

Iniciada esta última sessão da melhor maneira com o anúncio da criação da UNIÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES DE PORTUGAL, ANGOLA, MOÇAMBIQUE E GUINÉ-BISSAU, com a entrega à ADFa, por parte de Miss June Wilenz, das várias lembranças que havia sido encarregada de trazer dos Estados Unidos (Medalhão da Comissão de Veteranos, Placa e Diploma com citação da Comissão Presidencial para o Emprego de Pessoas Deficientes e 2 bengalas de novo tipo da Fundação de Cegos de Guerra), lembrada a audiência que teria lugar dentro de poucas horas com o Primeiro-Ministro, passar-se-ia à continuação dos trabalhos, ainda sobre a «Cooperação no domínio da reabilitação».

Mesa presidida pelo dr. António Charana, director do Serviço de Reabilitação do Ministério do Emprego e da Segurança Social, em coordenação continuada do dr. Jerónimo de Sousa, este, após recordar que agora se iria

falar sobre «Formação Profissional», passaria a palavra à dr.^a Marcelina Ba.

Na GUINÉ-BISSAU, embora o Governo, após a independência, tenha tomado a iniciativa de garantir uma existência digna aos combatentes e assegurar a educação de seus órfãos, criando a Secretaria de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, procurou desde o início integrá-los na vida activa e produtiva, para o que foram criadas, em paralelo com cursos de Formação Profissional, alfabetização de adultos e outros, cooperativas de construção civil, cerâmica, transportes, carpintaria, alfaiataria, agro-pecuária, mecânica, metálica, electricidade, refrigeração e outras, num total de 12, tendo, para além disso mais de 300 ex-combatentes, enquadrados por técnicos civis, conseguindo emprego e deixando de estar a cargo do Estado.

Aliás a acção da Secretaria de Estado estende-se a outros sectores, tendo um departamento próprio de Formação, Orientação Profissional e Emprego que trabalha não só em função de antigos combatentes, como também das viúvas e dos órfãos, mantendo colaboração estreita, entre outros, com o Instituto Técnico de Formação Profissional e o Centro de Formação Administrativa.

Em ANGOLA, diria a dr.^a Silvana, a questão da sua extensão e da sua população analfabeta, ou pouco menos, volta a colocar-se como um dos mais graves obstáculos, tendo que ser vários os organismos oficiais, pela dispersão e diversidade de serviços, a tentar ultrapassar os inumeráveis problemas que se põem. Assim, por exemplo, não se pode pensar verdadeiramente em «reabilitação profissional», em esquemas tradicionais, mas apenas em «treinamento» de uma população deficiente controlada em que se estima 43% de analfabetos e 37% com o 1.º nível de escolaridade incompleto ou frequência de campanhas de alfabetização, em que a maior percentagem é de semi ou bi-amputados dos membros inferiores, atingindo os cegos os 10%, todos fazendo parte de uma população geral de maioria camponesa e operariado sem qualificação, espalhados por um território imenso e tantas vezes isolado e inóspito.

Perante tal situação foi solicitado apoio internacional, já com resposta da ONU, da OIT e da CEE, no sentido da instalação de um «Centro de Formação de Formadores», com efeitos multiplicadores por todo o País, assim como a criação de um centro piloto de reabilita-

ção, por módulos, do mais simples para o mais complexo (corte e costura — alfaiataria, carpintaria — marcenaria, sapataria: conserto — fabrito, artesanato e também secretariado e administração, estes últimos tendo mais em conta os cegos) e de um segundo centro destinado especificamente a mulheres e crianças deficientes motoras, vítimas de guerra, visto já haver programas separados para deficientes civis e deficientes militares.

De realçar de todo este projecto que se considera como muito importante o regresso do formado à sua zona de origem, para o que são estabelecidos quatro tipos de incentivos e apoios para a sua (re)integração na comunidade: auto-emprego, emprego protegido, centros ocupacionais e mercado normal de trabalho, tudo incluído num plano quinquenal com investimento directo que tem apoio, inclusivé, do Presidente da República, procurando-se que até terminado haja um total de cinco grandes centros regionais de reabilitação médico-física, profissional e integração (Luanda, Huambo, Uíge, Huíla e Mochico).

Em MOÇAMBIQUE, esclareceria Rock Chooly, a situação não difere muito das dos outros países, em termos de acções já realizadas e em perspectiva, embora, como é natural, haja outras situações específicas. Assim, no plano da reabilitação existe um programa de escolaridade especial para crianças diminuídas mentais e surdas (Maputo e Beira), bem como nesta última cidade o Instituto de Reabilitação para Cegos (adultos, indiferenciados). Entretanto, criada a Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, pensa-se passar para a sua responsabilidade a tarefa da reabilitação profissional dos deficientes militares, que estava disperso por vários serviços oficiais, projecto que conta já com o apoio de algumas organizações internacionais, nomeadamente a Cruz Vermelha Internacional.

Tal como em Angola, um dos grandes óbices a um mais rápido avanço dos projectos deve-se à necessidade de implementar, primeiro, acções de alfabetização numa população dispersa e cuja taxa de escolarização é quase nula.

Intervindo de seguida, o coordenador, dr. Jerónimo de Sousa, recordou que embora a procura de emprego para sócios da ADFa se tivesse iniciado logo que esta fora criada, só em 1987 foi devidamente estruturado tal serviço, tendo-se, no entanto, passado por inquéritos

a sócios, elaboração de projectos vários e concretização de acções diversas. Socorrendo-se então de vídeo e de projecção de mapas, o director do Centro de Reabilitação apresentou alguns dados estatísticos que não cabem neste documento, mas que permitiram várias conclusões, entre as quais a necessidade de coordenar todos os cursos e as características dos próprios formandos com as realidades do mercado de trabalho, assim como se aprendeu que formação de pequena duração não habilita correctamente as pessoas, passando-se a apostar em cursos mais longos, logo mais completos e competitivos.

A informação sobre a actividade da ADFa neste sector foi completada pela análise do trabalho do Departamento de Formação Profissional da Sede, feita pelo respectivo responsável, dr. Sarmento Coelho.

Em última intervenção de fundo, falaria o dr. António Charana, presidente da Mesa, que após traçar um quadro geral da acção e âmbito do Instituto do Emprego e Formação Profissional — I.E.F.P., analisaria todas as declarações, que considerou muito correctas e realistas, feitas pelas várias delegações e apresentaria uma perspectiva pessoal do que pensava poder ser concretizado a curto espaço, alertando para a definição de prioridades, para a racionalização e optimização dos meios disponíveis e considerando que dado que ninguém tem que «ensinar» ninguém, não se devem importar modelos que nem sempre servem e são adequados.

A terminar, apoiaria, com grande satisfação, a ideia de «formação de formadores com efeitos multiplicadores», método tão caro ao IEFP que já o utiliza e está apto a apoiá-lo junto dos interessados.

«Vocês conseguiram a grande vitória que foi nos dizer que sabem o que têm, que conhecem as vossas capacidades e que estão a tentar encontrar os caminhos mais certos, porque a filosofia de intervenção tem que ter em atenção as condições e as práticas nacionais.

E vocês estão alertados para isso e estão a tê-lo em conta: o diagnóstico da situação, a racionalização de recursos e, importante, não criar respostas complexas nem complicadas. As melhores soluções são as mais simples. E sobretudo as integradas, sem segregação. Nós cometemos muitos erros, gostaríamos que vocês não os cometessem.»